



# CADERNOS DO CÁRCERE

## Caderno 12

Antonio Gramsci

Tradução IGS - Brasil

1ª Edição

# **CADERNOS DO CÁRCERE**

## **Caderno 12**

**Antonio Gramsci**

Tradução IGS - Brasil

1ª Edição

**International Gramsci Society - Brasil (IGS-Brasil)**  
Gestão 2022-2024

**Coordenação Nacional**

|                                   |                                           |
|-----------------------------------|-------------------------------------------|
| <i>Presidente</i>                 | Anita Schlessener (UTP)                   |
| <i>Coordenação Científica</i>     | Maria Margarida Machado (UFG)             |
| <i>Coordenação de Comunicação</i> | Marília Gabriella Machado (Unesp/Marília) |
| <i>Secretária</i>                 | Michelle Fernandes Lima (UEM)             |
| <i>Tesouraria</i>                 | Percival Tavares da Silva (UFF)           |

**Conselho Nacional**

Douglas Christian Ferrari de Melo (UFES), Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva (UNB); Marcos Aurélio da Silva (UFSC), Marcos Francisco Martins (UFSCar), Marina Maciel Abreu (UFMA), Matheus Daltoé Assis (UFMS).

**Conselho Fiscal**

Helton Messina da Costa (UFF), Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (Unesp/Marília), Rodrigo Lima Ribeiro Gomes (UFF).

**Revisores**

Helton Messina da Costa, Marília Gabriella Machado e Rodrigo Lima Ribeiro Gomes

**Projeto e edição gráfica**

Caliel Machado Luna

**Diagramação**

Maria Margarida Machado

**Imagem de Capa**

Reprodução da capa do manuscrito original obtida através da biblioteca digital da Fondazione Gramsci — <https://gramsci.digital-library.it/it/quaderni-dal-carcere>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Gramsci, Antonio, 1891-1937  
Cadernos do cárcere [livro eletrônico] :  
caderno 12 (XXIX) : 1932 : apontamentos e notas  
esparças para um grupo de ensaios sobre a história  
dos intelectuais / Antonio Gramsci ; tradução Maria  
Margarida Machado. -- Rio de Janeiro : IGS-Brasil,  
2024.  
PDF

Título original: Quaderni del carcere.  
ISBN 978-65-83079-26-8

1. Filosofia 2. Gramsci, Antonio, 1891-1937  
3. Marxismo 4. Política I. Título.

24-205327

CDD-320.532

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Antonio Gramsci : Marxista revolucionário :  
Vida e obra 320.532

Aline Grazielle Benítez - Bibliotecária - CRB-1/3129

©1975, 2001 e 2007 Giulio Einaudi editore s.p.a., Torino

Este material traduzido pela IGS-Brasil foi licenciado segundo a Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivs 4.0 Internacional (**Licença CC BY-NC-ND 4.0**). Termos de uso completos disponíveis em:  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

**Não é permitida a publicação desta tradução em formato impresso sob quaisquer circunstâncias.** Sua distribuição em qualquer formato deve ser sempre gratuita, seguindo os termos de licença.

## APRESENTAÇÃO

A International Gramsci Society – Brasil tem a grata satisfação de apresentar aos leitores dos escritos de Antonio Gramsci a tradução brasileira da edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana e publicada pela Editora Einaudi, de Turim, em 1975 (Primeira Edição). A tradução aqui apresentada é resultado de um trabalho iniciado em 2019 por iniciativa da Gestão da IGS-Br (2019-2022) e que assumimos o compromisso de dar continuidade e finalização. Formou-se na ocasião um grupo de vinte pesquisadores e estudiosos do pensamento de Gramsci que, a partir de uma atividade coletiva e voluntária coordenada pelo Prof. Giovanni Semeraro, realizaram a árdua tarefa de traduzir os 29 *Cadernos* na ordenação disposta por Gerratana. Ficou para um segundo momento a tradução do instrumental crítico, que compõe, ao todo, mais de mil páginas, das quais 592 correspondem a notas ao texto, a parte mais significativa do aparato crítico, por oferecer indicações das fontes utilizadas por Gramsci, bem como esclarecimentos sobre acontecimentos e personagens mencionados nos *Cadernos*. Esta tradução e disponibilização online dos 29 *Cadernos*, de forma gratuita na página da IGS/Brasil, contou com a autorização da Fundação Gramsci e da Editora Einaudi, agradecemos ao Diretor Francesco Giasi por esta intermediação.

A importância e a relevância da tradução dos 29 *Cadernos* na ordem estabelecida por Gerratana após pesquisa criteriosa se apresentam no fato de que, com a ampliação do interesse pelos escritos de Gramsci no Brasil, tornou-se indispensável transpor para o português a obra completa, tanto para o aprofundamento teórico quanto para a superação de algumas dificuldades interpretativas. A edição crítica organizada por Gerratana pressupõe uma pesquisa aprofundada para a periodização dos *Cadernos*, escritos entre 1929 e 1935, abrindo o caminho para novos debates e estimulando a compreensão das ideias e o conhecimento da contribuição do pensamento de

## II

Antonio Gramsci. E não é possível uma análise aprofundada desse autor e uma interpretação pertinente da sua obra, sem instrumentos de pesquisa adequados.

A primeira edição publicada na página da IGS-BR apresenta os *Cadernos* em volumes separados para facilitar a consulta; cada volume tem um ISBN<sup>1</sup> para eventuais citações. A tarefa a seguir será constituída de Seminários voltados a analisar e retificar possíveis fragilidades da tradução, para a organização da segunda edição reformulada. Reiteramos a nossa grata satisfação de publicar no site da IGS-BR, para acesso de modo gratuito, a versão brasileira completa da edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*.

ANITA HELENA SCHLESENER  
Presidente da IGS/Brasil  
(Gestão 2022-2024)

### **SOBRE A NOVA TRADUÇÃO DOS CADERNOS DO CÁRCERE NO BRASIL**

A nova tradução em português dos *Cadernos do Cárcere* é um evento de grande importância cultural e, em sentido amplo, político.

Testemunhei, em parte, a idealização da primeira tradução parcial de uma edição não antológica e temática dos *Cadernos* em língua portuguesa no final de 1997, depois do primeiro colóquio da International Gramsci Society, que ocorreu naquele ano em Nápoles. Realmente, poucos meses depois, Carlos Nelson Coutinho comunicou-me a ideia de uma ampla tradução (mas não completa) dos *Cadernos* no Brasil, enriquecida de um amplo aparato crítico,

1 O registro dos ISBNs desta primeira edição contou com a colaboração de Cleide Litiman, funcionária da Secretaria Geral da Anped, que intermediou o processo de cadastro junto à Câmara Brasileira de Livro.

adequado a explicar aos leitores brasileiros os muitos aspectos e referências a fatos e personagens presentes nos *Cadernos*. Um trabalho desafiador e muito útil, por mérito – além de Coutinho – de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, três antigos amigos que, precisamente no colóquio de Nápoles, tinham novamente se encontrado renovando uma antiga paixão por Gramsci e o comunismo italiano.

Aquela edição idealizada e conduzida por Coutinho, publicada em seis volumes entre 1999 e 2002, junto à Editora Civilização Brasileira, porém, não era completa. Foi definida pelo próprio Carlos Nelson como uma edição crítico-temática, pois privilegiava os “cadernos especiais”, temáticos, em detrimento dos textos de “primeira redação” (que, mais tarde, seriam retomados, reescritos e, algumas vezes, modificados por Gramsci). De qualquer modo, a edição publicada pela Civilização Brasileira teve uma importância relevante para a difusão de Gramsci no Brasil. No entanto, o próprio Coutinho, alguns anos mais tarde, confidenciou-me que tinha se arrependido de não ter inserido nesta edição todas as notas gramscianas de “primeira redação”, isto é, de não haver traduzido integralmente as notas de reflexão crítica e de teoria dos *Cadernos do Cárcere*.

Por que esta mudança de opinião? Esta era fruto de uma importante transformação nos estudos sobre Gramsci que havia envolvido o próprio Coutinho. Na verdade, desde o final do século passado havia crescido, em nível internacional, a atenção dos estudiosos de Gramsci no sentido do aspecto “diacrônico” do seu pensamento, na direção do entrelaçamento entre as notas dos *Cadernos* e a história e a reflexão política de Gramsci, no cárcere ou na clínica de Formia.

Em outras palavras, havia crescido notavelmente a atenção para o caráter de *work in progress* das notas carcerárias do grande marxista e comunista sardo. Tanto que, como se sabe, atualmente está em andamento uma nova edição crítica dos *Cadernos* organizada por Gianni Francioni, Giuseppe Cospito e Fabio Frosini, edição que procura aprofundar as referências cronológicas, a pesquisa das fontes, etc. Desta edição saíram em língua italiana os primeiros oito

## IV

cadernos gramscianos e os *Cadernos de Tradução*, até agora inéditos, enquanto os cadernos seguintes ainda devem ser publicados.

Por todos estes motivos mencionados acima, quando eu soube que a IGS-Brasil havia decidido iniciar um grande empreendimento coletivo para uma nova tradução integral dos *Cadernos do Cárcere*, manifestei meu interesse e apoio à iniciativa. O conhecimento dos *Cadernos* na forma como foram escritos por Gramsci é, atualmente, o melhor ponto de partida para ler e estudar a maior obra deste autor. Esta obra já está integralmente disponível em espanhol (onde recentemente foi lançada uma segunda tradução pela Editora Akal). Eu pessoalmente manifesto a esperança de que novas traduções completas das obras gramscianas (dos *Cadernos*, mas possivelmente também das *Cartas do Cárcere*, dos escritos pré-carcerários e das cartas precedentes à prisão) estejam disponíveis ao menos em todas as principais línguas do mundo.

Uma tradução tão abrangente quanto esta nova edição em língua portuguesa, levada a termo em um período bastante limitado, graças ao empenho militante de muitos estudiosos e estudiosas da IGS-Brasil, apresenta inevitáveis problemas de amálgama da terminologia usada pelos vários tradutores, para exprimir temas e problemas gramscianos. Certamente uma atenção especial a esta e a outras questões relacionadas será dada pelo grupo que levou adiante este esforço coletivo tão relevante.

O tempo, o debate público, o cotejo entre os estudiosos e os leitores nos dirá muito – nos próximos anos – sobre o resultado alcançado com esta edição e também, eventualmente, sobre o seu aperfeiçoamento. Contudo, permanecerá válida a direção que esta edição indica: traduzir e ler Gramsci *inteiramente*, em primeiro lugar aquele dos *Cadernos*, contextualizar sempre mais, no tempo e no espaço os seus escritos, as suas afirmações, as suas palavras, no contexto político e cultural nos quais nasceram, perquirindo também as variações e inclusive as contradições internas aos seus escritos – para melhor compreender o alcance atual do seu pensamento, a sua validade ou a sua tradutibilidade (conceito gramsciano de extraordinária relevância) no nosso mundo de hoje.

Desta perspectiva, o trabalho que a IGS-Brasil levou a termo é, sem dúvida, de grande importância e nos faz compreender como as obras de Gramsci devem ser seriamente lidas e estudadas. Por isso, saúdo a nova tradução dos *Cadernos do Cárcere* para o português e agradeço todas e todos aqueles que dela participaram e à IGS-Brasil no seu conjunto por ter dado vida a esta iniciativa.

Sigamos em frente com Gramsci: Nino vive conosco se a sua leitura também nos ajudar a compreender a realidade da sociedade atual.

GUIDO LIGUORI

International Gramsci Society



## AGRADECIMENTOS

A tradução dos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, realizada voluntária e gratuitamente por sócios da IGS-BR, foi submetida a revisão e padronização de profissionais, aos quais se retribuiu financeiramente. Realizamos uma campanha de arrecadação financeira entre os sócios da IGS-Brasil que ajudou a cobrir, parcialmente, essa despesa. Constatamos a seguir os doadores a quem se agradece pelo espírito coletivo: André Silva Martins (UFJF); Ascísio dos Reis Pereira (UFSCar); Danuta Estrufika C. Luiz (UEPG-PR); Dermeval Saviani (UNICAMP); Dilma Andrade de Paula (UFU); Douglas Christian F. de Melo (UFES); Emilie Faedo della Giustina (UFF); Erika Laurinda Amusquivar (UnB); Eurelino T.; Ivete Simionatto (UFSC); Leonardo Seabra Puglia (FCSMA-RJ); Lincoln Secco (USP); Luzinete de Souza Oliveira (ES); Márcia Aparecida Jacomini (UNIFESP); Marcos Aurélio da Silva (UFSC); Marcos Francisco Martins (UFSCar); Marcos Del Roio (UNESP); M<sup>a</sup> Del Carmen Cortizo (UFSC); M<sup>a</sup> Margarida Machado (UFG); M<sup>a</sup> Socorro R. Militão (UFU); Marília Etienne Arreguy (UFF); Marina Maciel Abreu (UFMA); Pedro Cláudio C. B. Bocaiuva Cunha (UFRJ); Raúl Burgos (UFSC); Renê Trentin Silveira (UNICAMP); Rodolfo S. P. Darrieux (RJ); Victor Leandro C. Gomes (UFF); Zuleide Simas da Silveira (UFF); Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF); Núcleo de Estudos Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio). Agradecemos também ao CNPq, pelo financiamento ao projeto: "Contribuições de Gramsci para pensar a educação de pessoas trabalhadoras" – coordenado pela Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Margarida Machado (UFG), que viabilizou a diagramação desta 1<sup>a</sup> Edição, e ao projeto: "Traduzir, atualizar, potencializar os desafios postos pelos *Cadernos do Cárcere* de A. Gramsci" – coordenado pela Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Socorro Ramos Militão (UFU), financiado por emenda da Deputada Federal por Minas Gerais, Dandara Tonantzin Silva Castro (PT), que viabilizou o lançamento desta 1<sup>a</sup> Edição dos *Cadernos do Cárcere* pela IGS-Brasil.

## PREFÁCIO

### Etapas das traduções dos Cadernos do cárcere no Brasil

Na segunda metade dos anos 1960, quando estava já instaurada a ditadura civil-militar no Brasil, a Editora Civilização Brasileira, além de uma seleção das *Cartas do cárcere* (1966)<sup>1</sup>, publicou uma parte substancial<sup>2</sup> dos seis volumes dos *Quaderni del carcere*, de A. Gramsci, organizados por P. Togliatti e F. Platone e publicados pela Editora Einaudi de Turim<sup>3</sup>. Essa “Edição temática”, estruturada com base nos temas centrais tratados nos “cadernos especiais” de Gramsci, havia sido concebida pelos editores italianos para “agrupar as notas gramscianas por assuntos e temas homogêneos, e organizar tais agrupamentos em uma série de volumes indepen-

1 Com a seleção e tradução de Noênio Spínola, a Civilização Brasileira publica 233 *Cartas do cárcere*, de Gramsci, tendo como base a edição italiana organizada por S. Caprioglio e E. Fubini, *Lettere dal carcere*, publicada pela Einaudi de Turim, em 1965, que continha 428 cartas.

2 A Editora Civilização Brasileira publicou, em 1966: *Concepção dialética da história* (Título dado ao 1º volume italiano *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*); em 1967: *Os intelectuais e a organização da cultura*; *Maquiavel, a política e o Estado moderno*; em 1968: *Literatura e vida nacional* (contendo só uma seleção da edição original). Os volumes *Il Risorgimento* e também *Passato e Presente* não foram traduzidos. Para mais detalhes desse processo de publicação, cfr. C. Nelson Coutinho, “Introdução” a Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, vol. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, pp. 32-38.

3 Togliatti, P., - Platone, F. (a cura di), *Quaderni del carcere di Gramsci*, 6 voll, Einaudi, Torino, 1948-1951. Os títulos dos seis volumes da “edição temática” italiana são os seguintes: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (1948); *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura* (1949); *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno* (1949); *Il Risorgimento* (1950); *Letteratura e vita nazionale* (1950); *Passato e Presente* (1951). Em 1977, com base na “edição crítica” de V. Gerratana, L. Gruppi organiza uma nova edição “riveduta e integrata” da “edição temática”, publicada pela Editora Riuniti de Roma.

dentes” (Gerratana, 1975, p. XXXIII)<sup>4</sup>. Na prática, ao editar os cadernos manuscritos de Gramsci produzidos na prisão, a “Edição temática” excluía os textos “miscelâneos”, notas de primeira redação, e depurava algumas partes dos cadernos que podiam gerar atritos com a orientação oficial do partido e a ortodoxia soviética (Liguori, 1996, pp. 56-57)<sup>5</sup>. Embora importante, por ter proporcionado uma aproximação fundamental à obra carcerária de Gramsci, com o tempo, a tradução incompleta da “edição temática” realizada no Brasil se mostrou problemática e insuficiente, não só pelas questões inerentes à edição de Togliatti-Platone, mas, principalmente, ante a “Edição crítica do Instituto Gramsci”, realizada sob os cuidados de Valentino Gerratana e publicada pela Editora Einaudi, em 1975<sup>6</sup>.

Essa “Edição crítica” reproduz integralmente as anotações contidas nos *Cadernos do cárcere* “tal como foram escritas por Gramsci”, dispondo-as conforme uma “ordem cronológica da redação reconstruída na base de dados objetivos [...] e conservando entre parêntese as velhas numerações postas por Tânia” (Gerratana, *Ibid.*, p. XXXV). Além disso, enumera todas as notas e as organiza de modo a colocar em evidência as de primeira redação (Textos A), sinalizadas com fonte menor, as de redação única (Textos B) e as de segunda redação (Textos C). Com os três volumes que reproduzem as anotações de Gramsci contidas nos 29 cadernos manuscritos e um “Apêndice” de oito páginas, posto no final do último caderno, contendo alguns “Extratos dos Cadernos de tradução”<sup>7</sup>, a “Edição crítica” publicou no quarto volume um precioso “Apparato critico” com os seguintes conteúdos: Descrição dos Cadernos; Notas ao

4 Gerratana, V., “Prefazione” in: Id (org.), *Antonio Gramsci. Quaderni del carcere*, Edizione critica dell’Istituto Gramsci, 4 voll, Einaudi, Torino, 1975.

5 Liguori, G., *Gramsci conteso. Storia di un dibattito 1922-1996*, Riuniti, Roma, 1996.

6 Gerratana, V. (a cura di), *Antonio Gramsci. Quaderni del carcere*, Edizione critica dell’Istituto Gramsci, 4 voll, Einaudi, Torino, 1975.

7 Além dos 29 cadernos, há quatro cadernos (A, B, C, D) contendo só traduções feitas por Gramsci entre 1929 e 1932. Na “Descrição dos Cadernos” que consta no “Apparato critico”, encontra-se uma documentação analítica desses exercícios de tradução.

texto; Índice das obras citadas nos Cadernos; Livros e opúsculos do Fundo Gramsci não citados nos Cadernos; Índice dos periódicos citados nos Cadernos; Índice por assuntos; Tábua das concordâncias; Índice dos nomes.

Assim, para suprir os diversos problemas que apresentava a tradução parcial da “Edição temática” realizada no Brasil nos anos 1960, entre os anos de 1999 e 2002, foram publicados, sempre pela Editora Civilização Brasileira, seis volumes contendo uma nova tradução dos *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci<sup>8</sup>. Responsáveis pelo desenho da edição e pela tradução, C. Nelson Coutinho (editor), M. Aurélio Nogueira e L. Sérgio Henriques (coeditores) optaram por uma solução em que, “embora tome certamente como base a edição Gerratana, a presente edição brasileira incorpora não só os critérios adotados na velha ‘edição temática’, mas também algumas das sugestões propostas por Gianni Francioni” (Coutinho, 1999, p. 32)<sup>9</sup>. Dessa forma, tendo “como eixos articuladores os ‘cadernos especiais’”, os seis volumes da nova edição brasileira traduzem todos os “cadernos especiais” como se encontram na edição Gerratana e, no final de cada um, acrescenta-se uma seção intitulada “Dos cadernos miscelâneos”, na qual são alocadas as notas de redação única (Textos B) relacionadas com o tema do “caderno especial” em questão (Ibid., p. 40), e “Notas ao texto”, em sua maioria, extraídas das notas explicativas do “Apparato critico” de V. Gerratana e da edição norte-americana de J.A. Buttigieg (2007)<sup>10</sup>. Nos apêndices do último volume (6º), estão situados: “Uma antologia de textos A” (pequena amostra dos Textos A, de primeira redação); um “Índice geral dos Cadernos” (inclusive dos Textos A, indicando os parágrafos dos Textos C, nos quais foram reelaborados); uma “Datação dos

8 Coutinho, C. Nelson (editor) - Nogueira, M. Aurélio e Henriques, L. Sérgio (coeditores): *Antonio Gramsci: Cadernos do cárcere*, 6 vols., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999-2002.

9 Coutinho, C. N., “Introdução” a *Antonio Gramsci: Cadernos do cárcere*, vol. 1, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

10 Buttigieg, J. A., *Prison Notebooks* (vols. 1-3) por Antonio Gramsci, Columbia University Press, New York, 1992-2007.

parágrafos segundo a proposta de G. Francioni”<sup>11</sup>; um “Índice dos principais conceitos” e o “Índice onomástico”.

Não há dúvida de que, levando também em conta a tradução em dois volumes das *Cartas do cárcere*<sup>12</sup>, baseados na edição italiana organizada por A. A. Santucci (1996)<sup>13</sup>, e uma seleção de textos pré-carcerários reunidos nos dois volumes de *Escritos Políticos*<sup>14</sup>, o admirável empreendimento de C. Nelson Coutinho, M. Aurélio Nogueira e L. Sérgio Henriques representa um enorme avanço em relação aos textos de Gramsci postos à disposição dos leitores brasileiros até então. No entanto, sem diminuir o valor dessa tradução, nem o reconhecimento e a nossa gratidão aos autores desse trabalho, suscita perplexidade o critério que levou essa nova edição a suprimir - por “não ter maiores méritos científicos” (Coutinho, 1999, p. 41) - as notas de primeira redação (Textos A) aproveitadas e reelaboradas por Gramsci nos textos de segunda redação (Textos C) e a seleção feita pelos editores das notas de redação única (Textos B) que teriam alguma relação com o tema do caderno em questão. Passadas mais de duas décadas, a estruturação dessa edição, motivada essencialmente para “não ampliar quantitativamente nossa edição, tornando-a assim menos acessível a um público que pretendemos o mais amplo possível” (Ibid., p. 41) e intencionada a evitar que “o leitor iniciante” se perca “no labirinto das anotações carcerárias” (Ibid., p. 44), vem apresentando alguns limites e não atende plenamente às novas demandas de estudos e às exigências das pesquisas que foram evoluindo. De fato, inclusive graças à publicação dessa nova edição, na medida em que a difusão da obra e do pensamento de Gramsci foi se ampliando no Brasil e os estudos e pesquisas foram se tornando mais abrangentes e minuciosos, sentiu-se a neces-

11 Francioni, G., *L'officina gramsciana. Ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del carcere”*, Bibliopolis, Napoli, 1984.

12 Henriques L. Sérgio (org.), *Antonio Gramsci: Cartas do cárcere*, 2 vols., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

13 Santucci, A. A., *Antonio Gramsci: Lettere dal carcere*, 2 voll, Ed. Sellerio, Palermo, 1996.

14 Coutinho C. Nelson (org.), *Antonio Gramsci: Escritos Políticos*, 2 vols., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

sidade crescente de traduzir integralmente a “Edição crítica do Instituto Gramsci” (aos cuidados de V. Gerratana), padrão mundial de referência e base para traduções em diferentes línguas, enquanto se espera que a ciclópica *Edizione Nazionale delle opere di Antonio Gramsci* venha a ser finalizada<sup>15</sup>.

Quando, portanto, a equipe eleita na Assembleia de Marília/SP para a Direção da IGS-Brasil (2019-2022) apresentou a proposta de realizar a tradução integral da “Edição crítica” dos *Quaderni del carcere* de A. Gramsci organizada por V. Gerratana, houve imediato e amplo consenso. De fato, mesmo com algumas imperfeições e diante das questões levantadas, principalmente, pelos estudos filológicos de G. Francioni (1984, pp. 15-46) em relação ao método genético-diacrônico e às novas propostas de cronologia dos *Cadernos do cárcere*, a “Edição crítica” oferece o material completo das anotações que Gramsci registrou progressivamente tanto nos cadernos “especiais” como nos cadernos “miscelâneos” e nos de redação única. Ao apresentar integralmente os textos que Gramsci escreveu nos 29 cadernos<sup>16</sup> e distinguir as notas de primeira redação (Textos A), de redação única (Textos B) e as de segunda redação (Textos C), a “Edição crítica” revela melhor o modo de trabalhar de Gramsci, possibilita perceber as modificações nos seus planos de estudos e a evolução do seu pensamento, além de proporcionar

15 *Edizione Nazionale delle opere di Antonio Gramsci*, planejada para publicar o corpus inteiro da obra gramsciana, com a colaboração de vários grupos de trabalho coordenados por G. Francioni e sua equipe (G. Cospito e F. Frosini). O projeto, em andamento, promovido pelo Istituto della Enciclopedia Italiana e o Istituto Fondazione Gramsci di Roma, tem a previsão de numerosos volumes divididos nas três seções: escritos antes do cárcere, obras do cárcere e epistolário. Até hoje, vieram a público os quatro *Quaderni di traduzione* que não constam da edição crítica de Gerratana; dois vols. do epistolário: as cartas escritas entre 1906 e 1922 (vol. I) e os escritos do ano de 1917 (vol. II); os primeiros quatro cadernos de notas teóricas na nova edição crítica de G. Francioni, todos publicados pelo Istituto della Enciclopedia Italiana.

16 Gramsci escreveu 33 cadernos, sendo quatro dedicados a exercícios de tradução, excluídos da “Edição crítica” de Gerratana. Só no final do caderno 29, como Apêndice, Gerratana coloca poucas páginas de alguns “Extratos dos Cadernos de tradução”.

uma visão geral dos assuntos que desenvolveu mais amplamente, dos que abordou parcial e sucintamente e dos numerosos pró-memórias deixados para ulteriores pesquisas. Acima de tudo, o acesso à leitura integral das notas carcerárias permite verificar que o trabalho de coleta do material de primeira redação registrado nos “cadernos miscelâneos”, como o próprio Gramsci os denomina, não é um depósito aleatório de notas, um amontoado caótico e amorfo de reflexões reunidas a esmo, mas um extenso campo de pesquisa que já revela uma orientação básica de objetivos e uma metodologia de trabalho, reúne um conteúdo significativo de investigações interconectadas, mostra o amplo laboratório das suas ideias e as linhas de fundo que irão confluir na articulação dos temas aglutinadores sistematizados nos “cadernos especiais”, assim chamados por Gramsci.

Motivada pela importância significativa desses aspectos, a proposta de traduzir integralmente a “Edição crítica” dos *Cadernos do cárcere*, mesmo sem nenhum suporte financeiro, recebeu a adesão generosa de 22 professores estudiosos da obra de Gramsci, todos sócios da IGS-Brasil, que se dispuseram voluntariamente a fazer parte da equipe de tradutores<sup>17</sup>.

Nesse trabalho coletivo, além da “Edição temática”, da “Edição Crítica” (inclusive eletrônica) e da “Edizione anastatica dei ma-

17 Tradutores dos Cadernos “especiais”: 10 (Ana Maria Said/Gianni Fresu) – 11 (Giovanni Semeraro/Rodrigo Lima) – 12-20-21 (Maria Margarida Machado) – 13 e 18 (Anita Schlesener/Maria Socorro Militão) – 16 (Ivete Simionatto/Maria del Carmen Cortizo) – 19 (Marcos Del Roio/Leandro Galastri/Tatiana Oliveira) – 22 (Lincoln Secco/Silvia de Bernardinis) – 23 (Rocco Lacorte/Alex Calheiros/Lucas Moura Vieira) – 24 e 25 (Massimo Sciarretta/Ricardo Salles) – 26-27-28-29 (Luciana Aliaga/Deise Rosálio). Tradutores dos Cadernos “miscelâneos”: 1 (Rocco Lacorte/Alex Calheiros/Lucas Moura Vieira) – 2 (Massimo Sciarretta/Giovanni Semeraro) – 3 (Ivete Simionatto/Maria del Carmen Cortizo/Giovanni Semeraro) – 4 (Rita Coitinho/Marcos Aurélio da Silva) – 5 (Ana Maria Said/Marcos Aurélio da Silva/Giovanni Semeraro) – 6 (Luciana Aliaga/Deise Rosálio/Maria Margarida Machado/Giovanni Semeraro/Helton Messini) – 7 (Ana Maria Said/Marcos Aurélio da Silva) – 8 (Giovanni Semeraro/Rodrigo Lima) – 9 (Leandro Galastri/Tatiana Oliveira/Giovanni Semeraro) – 14 (Anita Schlesener/Maria Socorro Militão) – 15 (Ivete Simionatto/Maria del Carmen Cortizo) – 17 (Maria Margarida Machado).

noscritti” (Francioni, 2009)<sup>18</sup>, tivemos a vantagem de consultar traduções anteriores, empreendimentos editoriais realizados em outros idiomas, especialmente, nas línguas espanhola e inglesa, e a possibilidade de levar em conta numerosos estudos filológicos que nesses últimos anos se multiplicaram e lançaram muita luz sobre a complexidade do pensamento de Gramsci e a intensa trama conceitual que permeia a sua obra. Como se sabe, nas notas dos Cadernos, além do trânsito nas mais diversas áreas do conhecimento e da ampla visão que Gramsci tem da política, da filosofia, da história, da cultura, da educação, da literatura, do universo popular etc., Gramsci é protagonista de primeira linha em um período crucial da história contemporânea: as duas grandes guerras, a Revolução de 1917, a fundação do Partido Comunista da Itália (PCd’I), a expansão e a crise do movimento operário na Itália e na Europa, o surgimento e a dominação do fascismo e do nazismo.

Traduzir, portanto, uma obra extensa e complexa como os Cadernos do cárcere com uma equipe numerosa de tradutores não deixa de ser um exercício fecundo e promissor, mas a tarefa não está isenta de problemas. Por um lado, de fato, oferece a vantagem de tornar o trabalho menos oneroso, promove uma interlocução enriquecedora entre seus integrantes e proporciona uma diversidade de pontos de vista. Mas, por outro lado, exige um ritmo que respeite as condições de trabalho de cada um e um delicado acordo para estabelecer convergências básicas em relação à organização formal do texto, à interpretação de questões complexas e controvertidas, à heterogeneidade de estilos, ao uso de linguagem, à pontuação e modelagem da escrita, ainda mais pelo fato de que a maioria das notas carcerárias foram escritas “ao correr da pena” (Q 11, p. 1365) e nas condições precárias da vida carcerária. Com o passar do tempo e a maior habilidade adquirida no trabalho de tradução, as dúvidas e incertezas que cercavam o início do novo empreendimento foram se desfazendo e deram lugar a sentimentos de entusiasmo e gratifi-

18 Francioni, G.(org.), *Antonio Gramsci: Quaderni del carcere. Edizione anastatica dei manoscritti*, 18 voll, Istituto della Enciclopedia Italiana - L’Unione Sarda, Roma-Cagliari, 2009.



cação. De certa forma, traduzir os *Cadernos do cárcere* nos fez sentir parte de uma experiência singular e de uma viagem incomum, áspera, desafiadora e fascinante: partilhar com o autor o tormento da elaboração dos conceitos, a responsabilidade na busca de expressões mais adequadas, o labor e a alegria ao vislumbrar novos horizontes de conhecimento e revolucionárias propostas sociopolíticas.

### **Avanços e desafios da tradução dos Cadernos do cárcere**

Para entrar no emaranhado de questões que surgem para traduzir a extensa obra derivada das anotações carcerárias que Gramsci deixou com suas peculiares características, entre outros cuidados, levamos em conta os critérios metodológicos e as cautelas filológicas que o próprio autor apontou em diversas ocasiões, principalmente, no *Caderno 16*. No §2 desse caderno, de fato, apresenta-se um conjunto de recomendações quando “se quer estudar o surgimento de uma concepção de mundo que nunca foi exposta sistematicamente pelo seu fundador”, alertando para que se busque o seu autêntico sentido “em todo o desenvolvimento do trabalho intelectual” e que se possa “fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com o máximo escrúpulo de exatidão” (p. 1840). E tais cuidados adquirem ainda mais importância “quando se trata de uma personalidade na qual a atividade teórica e a prática estão indissolivelmente entrelaçadas, de um pensamento em contínua criação e perpétuo movimento, que sente vigorosamente a autocrítica” (p. 1841). Embora Gramsci esteja se referindo essencialmente aos escritos de Marx, essas indicações se tornam demasiadamente oportunas quando se analisa a sua própria obra, uma vez que, na prática, Gramsci não deixou nenhum livro definitivo e impresso da sua imensa produção. Trata-se, portanto, de um autor póstumo, cuja obra foi progressivamente editada pelas mãos de diversos estudiosos e continua sendo organizada e editada integralmente até hoje.

Juntamente com os avanços da hermenêutica, da moderna crítica literária e dos estudos filológicos, essas considerações são fundamentais para reconstruir a trama complexa e dinâmica que constitui o projeto de estudos e o modo de escrever de Gramsci, para

percorrer as etapas da evolução do seu pensamento e se adentrar no contexto histórico, político e cultural no qual se situam seus escritos e a sua atuação de intelectual e militante político. Por isso, além da bagagem técnica e filológica, do domínio das línguas e de uma boa dose de conhecimentos sobre a obra do autor, a tradução exige também decifrar a linguagem típica da sua época e visitar os bastidores do intenso trabalho de outros tradutores e os problemas enfrentados pelos editores. Nesse sentido, o nosso trabalho não tem a pretensão de invalidar as traduções anteriores, mas de oferecer mais um instrumento de leitura e pesquisas para um público que vem se ampliando e aprimorando no Brasil. Pois, com a tradução integral da edição Gerratana, será possível ler os cadernos de Gramsci como foram escritos, não como foram selecionados e organizados.

Ter em mãos e poder percorrer todas as notas e apontamentos de primeira (Textos A) e segunda redação (Textos C) e os de redação única (Textos B) oferece a possibilidade de observar não só a forma peculiar e admirável de “Como trabalhava Gramsci” (Francioni, 2009)<sup>19</sup>, mas de captar melhor a interligação inseparável entre os cadernos “miscelâneos”, os “especiais” e de redação única, de descobrir as recorrências e as sucessivas abordagens de assuntos, a incansável reelaboração de ideias, a “estrutura reticular” das notas e a “escritura em espiral” (Francioni, 1984, p. 22) do autor, o refinamento da sua argumentação, a ampliação de conceitos, as complexas articulações das partes em torno de temas aglutinadores, a linha unitária que perpassa os seus planos de estudos, as artérias centrais da reflexão carcerária, as questões inacabadas, as que ficaram apenas mencionadas e deixadas em aberto. Tendo a visão da arquitetura geral, ainda que incompleta e truncada em algumas partes, aparecem mais claramente não só a conexão e o desenvolvimento das vértebras principais da obra de Gramsci, mas emergem também a visão poliédrica e a sua personalidade permanentemente crítica e aberta que se adentra com perspicácia nas mais diversas esferas da política e do conhecimento, evidenciando, assim, também, o valor de

19 Francioni, G., “Come lavorava Gramsci”, in: “Introduzione” ao vol. 1 de Gramsci, A., *Quaderni del carcere. Edizione anastatica dei manoscritti*, cit., 2009.

muitas notas, assuntos, questões e páginas consideradas de pouca importância e secundárias, inclusive as tiradas divertidas e bem-humoradas. Nesse sentido, adquirem também valor, por exemplo, a extensa coleta de bibliografias, o amplo repertório de revistas, periódicos, jornais e artigos consultados, a visão geral da história e o interesse por questões de caráter nacional e internacional, a interlocução com os mais diversos autores, o elenco dos livros escolhidos e encomendados por ele, minutas de cartas<sup>20</sup>, inclusive, as pequenas observações registradas telegraficamente, os breves apontamentos de pró-memória, as referências a assuntos aparentemente banais. Até as páginas interrompidas e não preenchidas dos cadernos acabam revelando intenções e limites do autor. Dessa forma, todo o conjunto do material levantado nas investigações de Gramsci, inclusive o meramente sinalizado e incompleto, assume grande significação para entender melhor o intenso retículo de temas tratados, a trama complexa das notas e o amplo leque de esferas exploradas pelo pensador encarcerado, tornando, assim, essa obra gigantesca não só uma fonte de inspiração, mas também a base fundamental da elaboração de uma nova concepção de mundo, herança a ser completada, aprofundada e levada coletivamente mais adiante.

Na verdade, tanto o conteúdo como o método utilizado e o projeto desenvolvido por Gramsci nos *Cadernos*, longe de serem um produto improvisado e circunstancial, apresentam todos os conotados de uma cuidadosa investigação científica, de ampla documentação, de refinada fundamentação teórica e de pesquisa de longo respiro que “demanda grandes bibliotecas” (Santucci, 1996, p. 441, carta de 03/08/1931), um incalculável legado que exige o envolvimento e a parceria dos leitores na mesma tarefa. As repetidas recomendações sinalizadas por Gramsci de que suas notas são “primeiras aproximações” e as inúmeras insistências para “verificar”, “pesquisar”, “consultar”, “aprofundar”, “levar em conta”, além da frequente recorrência de “aspas”, de “parece-me”, de “etc.” e das inúmeras

20 Minutas de cartas, elencos de livros, contas, cálculos etc., anotados por Gramsci em diversas páginas dos *Cadernos*, são transferidos por Gerratana na “Descrição dos Cadernos” do “Apparato critico”.

ras referências bibliográficas, não representam apenas indicações de pistas abertas a serem retomadas quando ele tivesse melhores condições de tempo e de trabalho, mas revelam também a consciência de que, mais do que deixar o legado de um conteúdo acabado e solidificado, Gramsci está apontando para um imenso território a ser explorado e aprofundado não só por um indivíduo isolado no cárcere, mas por um trabalho “coletivo” e de longo prazo. Nesse sentido, os *Cadernos do cárcere* podem ser considerados como um mapa precioso que aponta caminhos imprescindíveis para as “classes subalternas” e os povos subjugados se organizarem politicamente para reivindicar seus direitos fundamentais, conquistar a hegemonia e construir uma nova civilização.

Por isso, embora Gramsci tenha reelaborado e agrupado muitas das suas anotações preliminares em torno de temas aglutinadores nos “cadernos especiais”, ao estudar todo o conjunto das notas, fica evidente que o processo permanente de investigação e de aprendizagem adotado por Gramsci não permite estabelecer uma divisão rigorosa entre o “método de pesquisa” e o “método de exposição”. Entre os cadernos “miscelâneos”, “especiais” e de redação única, a distinção é só metodológica, não orgânica e substancial. Mesmo se concentrando e confluindo na redação dos cadernos “especiais”, por questão de tempo e pressionado pela saúde que vinha se debilitando rapidamente, Gramsci nunca deixou de continuar a investigar e explorar novas fronteiras de conhecimento e reelaborar as suas reflexões. Adotando, portanto, o critério de separação entre os “miscelâneos” e os “especiais” na edição da obra de Gramsci, corre-se o risco de desconsiderar a extensão dos seus horizontes e reduzir o significado da multiplicidade dos assuntos abordados, mesmo os rascunhados, menos elaborados e aprofundados. Além disso, ao descartar a parte dos seus escritos considerada preliminar, acabam sendo obscurecidos aspectos fundamentais do seu pensamento: a visão histórica, dialética e orgânica da realidade sempre em movimento, imbricada com a “complexidade molecular da vida real” (Santucci, 1996, p. 222, carta de 19/11/1928) e o árduo labor para o seu entendimento e a sua transformação. Como se sabe, de fato,

um dos principais objetivos da vida política e da obra carcerária de Gramsci foi aprofundar e levar adiante a concepção de mundo inaugurada por Marx.

Quando, portanto, Gramsci resolve se dedicar a um trabalho “desinteressado” e “für ewig” (Santucci, 1996, p. 55, carta de 19/03/1927), de longo respiro e alcance duradouro, não está sendo tomado por um surto de titanismo e delírio de grandeza, males dos quais nunca padeceu, mas da clara consciência de que, como ele comenta muitas vezes, a partir de Marx, se desencadeia na história um movimento que “renova de cima a baixo” (Q 11, §27, p. 1436) toda a concepção de mundo existente até então e inicia-se um período revolucionário “que provavelmente durará séculos” (Q 6, §33, p. 882). Ou seja, deu-se início a uma enorme e desafiadora tarefa que investe todos os aspectos da vida humana e que demanda todas as energias das classes subjugadas com seus intelectuais para elaborar também as armas teóricas mais avançadas e refinadas.

Ter, portanto, acesso aos escritos integrais e à obra completa de Gramsci, que inclui os escritos pré-carcerários e o epistolário, leva a não se limitar a leituras parciais, a pesquisas centradas em assuntos segmentados e análises apressadas, a estudos de conceitos e de temas isolados, ao atalho dos verbetes e a frases fora de contexto. Contrariamente a quem pratica uma anatomia de partes separadas do corpo inteiro, o método de Gramsci ensina a se dedicar incansavelmente a estudar e pesquisar, com visão histórica, abrangente e progressiva, a natureza processual e dialética da realidade, conectando a multiplicidade das suas expressões na totalidade do contexto no qual estamos inevitavelmente inseridos.

Portanto, poder entrar na mina escavada por Gramsci, propiciada pela “Edição crítica” de Gerratana, além de uma visão de conjunto, oferece aos estudiosos de Gramsci no Brasil “um instrumento de leitura que permita seguir o ritmo de desenvolvimento com o qual a pesquisa gramsciana se desdobra nas páginas dos *Cadernos*” (Gerratana, 1975, p. xxv). Ou seja, como o próprio Gramsci sinaliza,

cria as condições para sintonizar-se com o seu “ritmo do pensamento em movimento” (Q 16, §2, p.1841) e para “reviver seu *fluxo* e seu *continuum*” (Baratta, 2004, p. 101)<sup>21</sup>.

Abraçamos, de fato, a complexa e delicada tarefa de traduzir a obra carcerária de Gramsci conscientes de que o trabalho não se reduz a uma transposição técnica e mecânica do texto, a resgatar o sentido mais exato das suas ideias no seu contexto, mas implica realizar um transplante de matéria viva de um campo teórico, político, histórico e linguístico para um outro corpo vivo e palpitante, ou seja, operar a passagem para um diferente universo cultural que comporta inevitavelmente não só a mediação de uma interpretação cuidadosa, propriedade conceitual e atualização terminológica, mas, também, a empatia com o projeto de sociedade que emana dos escritos de Gramsci, hoje, como nunca, de grande atualidade e urgência. Assim, além das “cautelais filológicas” (Q 16, §2, pp. 1840-44) e da contextualização no ambiente no qual Gramsci operou, para sermos fiéis ao pensamento e ao seu método, precisamos também praticar o que ele chamava de “filologia vivente”, ou seja, traduzir concretamente o seu legado, levando em conta as interpeleções provenientes do nosso contexto histórico e da atuação teórica e política realizadas pelo “organismo coletivo através da ‘coparticipação ativa e consciente’, da ‘copassionalidade’, da experiência dos particulares imediatos, por um sistema que se poderia chamar de ‘filologia vivente’” (Q 11, § 25, p. 1430).

Esperamos, portanto, que a tradução integral dos textos de Gramsci contidos na “Edição crítica do Instituto Gramsci” (aos cuidados de V. Gerratana) não leve os leitores e estudiosos a se enclausurar no seu laboratório, mas, sem dissociar as “cautelais filológicas” da “filologia vivente”, possam desenvolver a capacidade de interagir, atualizar, desdobrar, potencializar e recriar o seu pensamento na teoria e na prática do próprio contexto histórico. Como já observei, “não podemos cair na contradição de encarcerar Gramsci nas grades de um texto canônico e definitivo, até porque

21 Baratta, G., *As rosas e os Cadernos – o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*, Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2004.

toda a atividade filológica, por mais rigorosa e exitosa que seja, é sempre histórica, datada e sujeita a ser questionada e reconstruída. Sendo inseparavelmente intelectual e político militante, Gramsci solicita não só um trato cuidadoso com seus textos, mas nos desafia a ‘ler e continuar a escrever’ uma obra deixada incompleta, a ser atualizada com o nosso labor teórico e a nossa atuação política” (Semeraro, 2019, p. 56)<sup>22</sup>.

GIOVANNI SEMERARO

Coordenador do GT de Tradução  
IGS - Brasil

22 Semeraro, G., “A ‘tradução’ de Gramsci no mundo”, in Bianchi, A.- Mussi, D.- Areco, S., *Antonio Gramsci: filologia e política*, Zouk, Porto Alegre, 2019.

## NOTA A ESTA EDIÇÃO

### Esclarecimentos sobre a padronização utilizada

Como já destacado na Apresentação e no Prefácio, a tradução em língua portuguesa e a disponibilização online dos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci, têm por finalidade contribuir para que leitores, pesquisadores e militantes possam acessar esses escritos na íntegra.

O trabalho de padronização dos textos está, essencialmente, baseado no ordenamento das notas realizado pela Edição Crítica do Instituto Gramsci, a cura de Valentino Gerratana. Assim, com algumas adaptações, a nossa edição utilizou os seguintes critérios:

- ▶ A indicação das páginas de seu início e término de cada caderno, conforme a Edição Gerratana, na folha de rosto.
- ▶ Manutenção de parêntese angulado no número do parágrafo de cada nota, como consta na edição Gerratana. Ex.: §⟨1⟩.
- ▶ Sinalização do número de página correspondente ao texto manuscrito de Gramsci que está posto na margem da página pela edição Gerratana. Ex.: |1|, |1A| (“A” no lugar de “bis”) etc.
- ▶ Manutenção das referências bibliográficas nas línguas utilizadas por Gramsci.
- ▶ Manutenção das palavras em itálico que constam no corpo das notas.
- ▶ Para poder diferenciar os títulos de livros, deixados em itálico, foram colocados os títulos de artigos em letra de fonte regular e entre parênteses curvas “ ”.
- ▶ Manutenção dos parênteses angulados « » que Gramsci usa quando cita as revistas e jornais.



- ▶ Inclusão em rodapé da tradução das citações mais extensas feitas por Gramsci em outras línguas, para deixar fluir a leitura do texto.
- ▶ Posicionamento entre colchetes [ ] de alguma palavra ou expressão do italiano sem correspondência na língua portuguesa, antes de operar a conversão na expressão consoante no português.
- ▶ Quando estritamente necessário, para tornar uma frase mais clara, recorreu-se à possibilidade de colocar entre colchetes [ ] algum termo de acréscimo sinalizado como N.T.
- ▶ Manutenção das referências postas por Gerratana a (os) outro (s) caderno (s) no fim das notas, mas, com fonte em caixa alta na cor roxa.
- ▶ Vertidos para o português os nomes dos autores mencionados por Gramsci (salvo nomes já usados no original, como por exemplo, K. Marx, F. Engels, V. Lenin).
- ▶ Enumeração em cor roxa e entre colchetes [ ] para indicar as “Note al Testo” que constam no “Apparato Critico” do volume IV da edição de Gerratana. Assim que nos for possível, pretendemos traduzir também estas “Note al Testo”.
- ▶ Sinalização a partir de asterisco verde no corpo das notas para indicação dos comentários/observações do editor em rodapé, expressos como: “No ms” (Nel manoscritto).

Resolvemos não traduzir a “Cronologia della vita de Antonio Gramsci” que consta no Iº volume da Edição Crítica de Gerratana, considerando que os leitores podem encontrar esses dados na bibliografia a respeito disponível no Brasil.

Além da Edição Crítica de Gerratana e de outras traduções, os leitores podem consultar os *Cadernos do Cárcere* na versão anastática dos manuscritos, disponibilizados pela Fundação Gramsci/Itália, no endereço: <https://gramsci.digital-library.it/en/quaderni-dal-carcere>.

No processo de tradução e revisão podem ter ocorrido eventuais falhas e erros. Receberemos, portanto, com gratidão as sinalizações que nos forem enviadas ao E-mail da IGS/Brasil: *igs.brasil1@gmail.com* para corrigir e melhorar os textos em próximas edições.

MARIA MARGARIDA MACHADO

Coordenação Científica da IGS/Brasil  
(Gestão 2022-2024)

## **CADERNO 12 (XXIX)**

### **1932**

Apontamentos e notas esparsas para um grupo de  
ensaaios sobre a história dos intelectuais

Corresponde à Edição Gerratana: pp. 1511-1552



| § { 1 }. Os intelectuais são um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo devido às várias formas que assumiu até agora o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais. As mais importantes dessas formas são duas: 11

1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria junto a si, organicamente, um ou mais estratos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não só no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de uma nova lei etc, etc. É necessário observar que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade gerencial e técnica (isto é, intelectual): ele deve ter uma certa capacidade técnica, não apenas na esfera circunscrita de sua atividade e iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos naquelas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massas de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos investidores em sua empresa, dos compradores da sua mercadoria etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve ter a capacidade de ser organizador da sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, devido à necessidade de criar as condições mais favoráveis para a expansão de própria classe; ou deve possuir pelo menos a capacidade de escolher os “prepostos” (funcionários especializados) a quem confiar esta atividade organi-

zadora das relações gerais fora da empresa. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo mesma e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, em sua maioria, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do novo tipo social que a nova classe trouxe à luz. (Os senhores feudais também eram detentores de uma capacidade técnica particular, a militar, e é precisamente a partir do momento em que a aristocracia perde seu monopólio de capacidade técnico-militar que a crise do feudalismo começa. Mas a formação de intelectuais no mundo feudal e no precedente mundo clássico é uma questão a ser examinada separadamente: esta formação e elaboração segue caminhos e modos que precisam ser estudados concretamente. Assim, é de se notar que a massa camponesa, embora desempenhe uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não “assimila”<sup>\*</sup> nenhuma classe de intelectuais “tradicionais”, ainda que da massa camponesa outros grupos sociais retirem muitos de seus intelectuais e uma grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa).

2) Mas todo grupo social “essencial” emergindo na história da estrutura econômica anterior e como expressão de seu desenvolvimento (desta estrutura), encontrou, pelo menos na história ocorrida até agora, categorias sociais preexistentes e que, aliás, apareciam como representando uma continuidade histórica ininterrupta mesmo nas mais | complicadas e radicais mudanças nas formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que durante muito tempo monopolizaram (para toda uma fase histórica que de fato se caracteriza em parte por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a educação, a moral, a justiça, a caridade, a assistência etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: ela foi legalmente equiparada à aristocracia, com a qual compartilhou o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios de estado ligados à propriedade.

<sup>\*</sup> NO MS: “ASSIMILAM”.

Mas o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos (disso nasceu o significado geral de “intelectual” - ou “especialista” - da palavra “clérigo”, em muitas línguas de origem neolatina ou fortemente influenciadas, através do latim eclesiástico, pelas línguas neolatinas, com seu correlato de “leigo” no sentido de profano – não especialista) não foi exercido sem luta e limitações e, portanto, houve o nascimento, em várias formas (a ser pesquisado e estudado concretamente) de outras categorias, favorecidas e ampliadas pelo fortalecimento do poder central do monarca, até o absolutismo. Assim, vem-se formando a aristocracia da toga, com seus próprios privilégios; um estrato de administradores etc., cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos etc.

Uma vez que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se posicionam como autônomos e independentes do grupo social dominante; esta autoposição não é isenta de consequências no campo ideológico e político, consequências de grande alcance (toda a filosofia idealista pode ser facilmente conectada com esta posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social pela qual os intelectuais se consideram “independentes”, autônomos, dotados de suas próprias características etc. Deve-se notar, entretanto, que se o papa e a alta hierarquia da Igreja acreditam estar mais ligados a Cristo e aos apóstolos do que aos senadores Agnelli e Benni, o mesmo não acontece com Gentile e Croce, por exemplo; Croce, especialmente, sente-se fortemente ligado a Aristóteles e Platão, mas não esconde, ao contrário, o fato de estar ligado aos senadores Agnelli e Benni, e nisto devemos procurar o caráter mais proeminente da filosofia de Croce).

(Esta pesquisa sobre a história dos intelectuais não será de caráter “sociológico”, mas dará origem a uma série de ensaios sobre a “história da cultura” (Kulturgeschichte) e sobre a história da ciência política. Todavia, será difícil evitar algumas formas esquemáticas e abstratas que lembrem as da “sociologia”: será necessário, portanto, encontrar a forma literária mais adequada para que a exposição seja

“não-sociológica”. A primeira parte da pesquisa poderia ser uma crítica metódica das obras já existentes sobre os intelectuais, que quase todas são de caráter sociológico. Coletar a bibliografia sobre o assunto é, portanto, indispensável).

Quais são os limites “máximos” da acepção de “intelectual”? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diferentes e díspares atividades intelectuais e distingui-las ao mesmo tempo e de forma essencial das atividades de outros agrupamentos sociais? O erro metódico mais difundido me parece aquele de ter buscado este critério de distinção no intrínseco das atividades intelectuais e não | em todo o sistema de relações em que elas (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no complexo geral das relações sociais. E de fato, o trabalhador ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental (à parte a consideração de que não existe trabalho puramente físico e que mesmo a expressão de Taylor de “gorila *amestrado*” <sup>[1]</sup> é uma metáfora para indicar um limite em uma determinada direção: em qualquer trabalho físico, mesmo o mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, ou seja, um mínimo de atividade intelectual criativa), mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais. E já foi observado que o empresário, por sua própria função, deve ter em certa medida uma série de qualificações de caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada não por elas, mas pelas relações sociais gerais que caracterizam precisamente a posição do empresário na indústria.

Todos os homens são intelectuais, se poderia dizer, portanto; mas, nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, porque pode acontecer que, cada um em algum momento frite dois ovos ou costure um rasgo em seu casaco, não se dirá que todos são cozinheiros ou alfaiates). Assim, historicamente, categorias especializadas se formam para o exercício da função intelectual, se formam em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes e passam por elaborações mais extensas e complexas em cone-



xão com o grupo social do minante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve rumo ao domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que é tanto mais rápida e eficaz, quanto mais o grupo em questão elabora simultaneamente os próprios intelectuais orgânicos. O enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar (no sentido amplo) nas sociedades que surgiram do mundo medieval indica qual importância assumiram, no mundo moderno, as categorias e funções intelectuais: assim como se procurou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, também se buscou multiplicar as especializações e refiná-las. Isto resulta das instituições escolares de diferentes graus, até os organismos para promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da tecnologia. (A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de vários graus. A complexidade da função intelectual em diversos Estados pode ser medida objetivamente pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa a “área” escolar e quanto mais numerosos os “graus” “verticais” da escola, tanto mais é complexo o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pelo seu equipamento na construção de máquinas para construir máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos para construir máquinas etc. O país que possui os melhores equipamentos para a construção de instrumentos para os laboratórios experimentais dos cientistas e para a construção de instrumentos para testar esses instrumentos, pode ser considerado o mais complexo no campo técnico industrial, o mais civilizado etc. Assim é na preparação de intelectuais e nas escolas dedicadas a esta preparação: escolas e institutos de alta cultura são assimiláveis). (Neste campo, também, a quantidade não pode ser separada da qualidade. À especialização técnico cultural mais refinada, não pode deixar de corresponder a maior extensão possível da difusão da instrução | primária e a maior solicitude em favorecer | 2A | os graus intermediários ao maior número possível. Naturalmente

esta necessidade de criar a base mais ampla possível para a seleção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais – ou seja, de dar à alta cultura e à alta tecnologia uma estrutura democrática – não é desprovida de seus inconvenientes: cria-se, assim, a possibilidade de vastas crises de desemprego dos estratos médios intelectuais, como de fato acontece em todas as sociedades modernas).

Deve-se notar que a elaboração dos estratos intelectuais na realidade concreta não se dá em um terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se estratos que tradicionalmente “produzem” intelectuais e são os mesmos que normalmente se especializam na “poupança”, ou seja, a pequena e média burguesia rural e alguns estratos da pequena e média burguesia urbana. A diferente distribuição dos diferentes tipos de escolas (clássicas e profissionais) no território “econômico” e as diferentes aspirações das diversas categorias desses setores determinam ou moldam a produção dos diferentes ramos de especialização intelectual. Assim, na Itália, a burguesia rural produz especialmente funcionários públicos e profissionais liberais, enquanto a burguesia urbana produz técnicos para a indústria: e, portanto, o Norte da Itália produz especialmente técnicos e o Sul da Itália especialmente funcionários e profissionais.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre para grupos sociais fundamentais, mas é “mediada”, em graus variados, por todo o tecido social, pelo complexo de superestruturas, das quais os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Poderia se medir a “organicidade” dos diferentes estratos intelectuais, a sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, estabelecendo uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). É possível, por enquanto, fixar dois grandes “planos” superestruturais, o que pode ser chamado de “sociedade civil”, ou seja, o conjunto de organismos vulgarmente denominados “privados” e o de “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e à de “domínio direto” ou comando que se expressa no Estado e no

governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à direção impressa na vida social pelo grupo fundamental dominante, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) originado\* ao grupo dominante da sua posição e da função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina daqueles grupos que não “consentem” nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando o consentimento espontâneo falha. Esta abordagem do problema resulta em uma extensão muito grande do conceito de intelectual, mas somente desta forma é possível chegar a uma aproximação concreta da realidade. Este modo de colocar a questão se choca com os preconceitos de casta: é verdade que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações, em algumas das quais não | aparece mais nenhuma atribuição direta [3] e organizativa: no aparelho de direção social e estatal existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de ordem e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário etc.), mas evidentemente é necessário fazer esta distinção, assim como algumas outras. De fato, a atividade intelectual deve ser distinguida em graus, também de um ponto de vista intrínseco, graus que em momentos de extrema oposição dão uma verdadeira e própria diferença qualitativa: no degrau mais alto devem ser colocados os criadores das diversas ciências, da filosofia, da arte etc.; no mais baixo, os mais humildes “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas graduações complexas: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior; e não devemos esquecer os graduados das tropas, cuja importância

\* NO MS: “DO”.

real é maior do que se pensa geralmente. É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias, e, até, os estratos mais baixos manifestam um espírito de grupo mais visível e derivam dele uma “ostentação” que muitas vezes os expõe à zombaria e ao escárnio.

No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim compreendida, expandiu-se de uma forma sem precedentes. Foram elaboradas pelo sistema social democrático-burocrático massas imponentes, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, embora justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. Daí a concepção loriana do “trabalhador” improdutivo (mas improdutivo referindo-se a quem e a que modo de produção?), que poderia ser parcialmente justificada se levarmos em conta que essas massas exploram sua posição para obterem enormes quantias da renda nacional. A formação em massa estandardizou os indivíduos, seja como qualificação individual seja como psicologia, determinando os mesmos fenômenos que ocorrem em todas as outras massas estandardizadas: concorrência que coloca a necessidade da organização profissional de defesa, desemprego, superprodução escolar, emigração etc.

Posição diferente dos intelectuais de tipo urbano e rural [2]. Os intelectuais do tipo urbano cresceram com a indústria e estão ligados às suas fortunas. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não têm nenhuma iniciativa autônoma para construir o plano de construção; relacionam, articulando-a, a massa instrumental ao empresário; elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas etapas de trabalho elementares. Na média geral, os intelectuais urbanos são muito estandardizados; os altos intelectuais urbanos são confundidos cada vez mais com o verdadeiro e próprio estado-maior industrial.

Os intelectuais do tipo rural são em grande parte “tradicionais”, isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa, de cidades (especialmente dos centros menores), não ainda elaborada e posta em marcha pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual coloca em contato a massa camponesa com a administração estatal

ou local (advogados, notários etc.) e por esta mesma função possui uma grande função político-social, porque a mediação profissional é dificilmente separável da mediação política. Além disso: no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, notário, médico etc.) tem um padrão de vida médio superior ou, pelo menos, diferente daquele do camponês médio e, portanto, representa para este um modelo social em sua aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. O camponês sempre | pensa que, pelo menos um de seus | 3A | filhos, poderia tornar-se um intelectual (especialmente padre), ou seja, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica com os contatos que não deixará de ter entre os outros senhores. A atitude do camponês em relação ao intelectual é dupla e parece contraditória: ele admira a posição social do intelectual e em geral do funcionário do Estado, mas às vezes finge desprezá-la, ou seja, sua admiração é instintivamente imbuída de elementos de inveja e raiva apaixonada. Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses e dos germes e fermentos em desenvolvimento que ali existem se não se levar em consideração, se não se estudar concretamente e não se aprofundar, esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e depende deles.

O caso dos intelectuais urbanos é diferente: os técnicos da fábrica não exercem nenhuma função política sobre suas massas instrumentais, ou, pelo menos, esta é uma fase já superada; às vezes acontece exatamente o contrário, que as massas instrumentais, pelo menos através de seus próprios intelectuais orgânicos, exercem uma influência política sobre os técnicos.

O ponto central da questão continua sendo a distinção entre intelectuais, categoria orgânica de todo grupo social fundamental, e intelectuais, como categoria tradicional; distinção da qual surge toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas. O problema mais interessante é o que diz respeito, quando considerado deste ponto de vista, ao partido político moderno, às suas origens reais, aos seus desenvolvimentos, às suas formas. O que se

torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais? Precisa fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais o partido político nada mais é do que o modo próprio de elaborar sua própria categoria de intelectuais orgânicos, que são assim formados e não podem deixar de ser formados, dadas as características e condições gerais de formação, de vida e desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico e não no campo da técnica produtiva (no campo da técnica produtiva, formam-se aqueles estratos que se pode dizer que correspondem aos “graduados da tropa” do exército, ou seja, os operários qualificados e especializados da cidade e, de forma mais complexa, os meeiros\* e colonos do campo, já que o meeiro e o colono, em geral correspondem mais ao tipo artesão, que é o trabalhador qualificado de uma economia medieval); 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que desempenha na sociedade civil a mesma função que o Estado desempenha em maior medida e de forma mais sintética, na sociedade política, ou seja, ele busca a soldagem entre intelectuais orgânicos de um determinado grupo, aquele dominante, e intelectuais tradicionais, e esta função o partido cumpre precisamente na dependência da sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até conseguir torná-los intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Pode-se dizer, até, que no seu âmbito o partido político cumpre a sua função muito mais completa e organicamente do que o Estado cumpra a sua em âmbito mais amplo: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social, confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, se vincula

[4] intimamente | ao grupo, o que não acontece, senão mediocrementemente e às vezes de forma alguma, através da participação na vida estatal. Pelo contrário, acontece que muitos intelectuais pensam que são o Estado, uma crença que, dada a massa imponente da categoria, às

\* NO MS: «COM OS MEEIROS».

vezes tem consequências consideráveis e leva a complicações desagradáveis para o grupo fundamental econômico que realmente é o Estado.

Que todos os membros de um partido político devem ser considerados intelectuais é uma afirmação que pode se prestar a piadas e caricaturas, mas se se refletir sobre isso, nada poderia ser mais exato. Deve ser feita uma distinção entre notas; um partido pode ter uma composição maior ou menor da nota mais alta ou mais baixa, mas isso não é o que importa: o que importa é a função que é diretiva e organizacional, ou seja, educacional, ou seja, intelectual. Um comerciante não entra para um partido político para fazer comércio, nem um industrial para produzir mais e a menor custo, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivo da terra, mesmo que alguns aspectos dessas necessidades do comerciante, do industrial, do camponês possam encontrar satisfação no partido político (a opinião geral contradiz isso, afirmando que o comerciante, o industrial, o camponês “político” perde em vez de ganhar, e é o pior de sua categoria, o que pode ser discutido). Para estes fins, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês, encontra seu quadro mais adequado. No partido político os elementos de um grupo social-econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional. Esta função do partido político deveria parecer muito mais clara a partir de uma análise histórica concreta de como se desenvolvem as categorias orgânicas dos intelectuais e as categorias tradicionais, tanto no terreno das diversas histórias nacionais, como no do desenvolvimento dos diversos grupos sociais mais importantes no âmbito das diversas nações, especialmente daqueles grupos cuja atividade econômica tem sido principalmente instrumental.

A formação de intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. Está certamente relacionado à escravidão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano. Esta separação, não

apenas social, mas nacional, racial, entre as massas consideráveis de intelectuais e a classe dominante do Império Romano se reproduz após a queda do Império, entre guerreiros germânicos e intelectuais de origem romanizada, continuadores da categoria de libertos. Entrelaça-se com estes fenômenos o nascimento e o desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, durante muitos séculos absorve a maior parte da atividade intelectual e exerce o monopólio da direção cultural, com sanções penais para aqueles que querem se opor ou mesmo ignorar o monopólio. Na Itália verifica-se o fenômeno, mais ou menos intenso de acordo com os tempos, da função cosmopolita dos intelectuais da península. Mencionarei as diferenças que saltam imediatamente aos olhos no desenvolvimento de intelectuais em toda uma série de países, pelo menos as mais notáveis, com a ressalva de que estas observações terão que ser verificadas e aprofundadas (além disso, todas estas notas devem ser consideradas simplesmente como esboços e motivações para a

**4A** memória, que devem ser verificadas | e aprofundadas).

Para a Itália, o fato central é precisamente a função internacional e cosmopolita dos seus intelectuais, que é causa e efeito do estado de desagregação em que permaneceu a península desde a queda do Império Romano até 1870.

A França oferece um tipo acabado de desenvolvimento harmonioso de todas as energias nacionais e especialmente das categorias intelectuais; quando em 1789 um novo agrupamento social aflora politicamente para a história, ele está totalmente equipado para todas as suas funções sociais e, portanto, luta pelo domínio total da nação, sem chegar a compromissos essenciais com as velhas classes, mas, em vez disso, subordinando-as a seus próprios fins. As primeiras células intelectuais do novo tipo surgem com as primeiras células econômicas: a própria organização eclesiástica é influenciada por elas (Gallicanismo, lutas muito precoces entre Igreja e Estado). Esta construção intelectual maciça explica a função da cultura francesa nos séculos XVIII e XIX, uma função de irradiação internacional e cosmopolita e de expansão com um caráter imperialista e hegemônico de modo orgânico, portanto, bem diversa da italiana,



com um caráter imigratório pessoal e desagregado, que não refluí sobre a base nacional para fortalecê-la, mas ao contrário, contribui para tornar impossível a construção de uma sólida base nacional.

Na Rússia existem diversos germes: a organização política e econômico-comercial é criada pelos normandos (Varegos), a religião pelos gregos bizantinos; num segundo momento os alemães e os franceses trazem a experiência europeia para a Rússia e dão um primeiro esqueleto consistente à gelatina histórica russa. As forças nacionais são inertes, passivas e receptivas, mas talvez precisamente por isso, assimilam completamente as influências estrangeiras e os próprios estrangeiros, russificando-as. No período histórico mais recente, ocorre o fenômeno inverso: uma elite de pessoas entre as mais ativas, enérgicas, empreendedoras e disciplinadas emigra para o exterior, assimilam a cultura e as experiências históricas dos países mais avançados do Ocidente, sem com isso perder as características mais essenciais de sua própria nacionalidade, ou seja, sem romper os laços sentimentais e históricos com seu próprio povo; tendo assim, feito seu aprendizado intelectual, retorna ao país, compelindo o povo a um despertar forçado, a uma marcha acelerada em frente, queimando as etapas. A diferença entre esta elite e a alemã importada (por Pedro o Grande, por exemplo) consiste em seu caráter essencial nacional-popular: ela não pode ser assimilada pela passividade inerte do povo russo, porque ela mesma é uma enérgica reação russa à sua própria inércia histórica.

Em outro campo e em condições muito diferentes de tempo e lugar, este fenômeno russo pode ser comparado ao nascimento da nação americana (Estados Unidos): os imigrantes anglo-saxões são também uma elite intelectual, mas especialmente moral. Naturalmente, queremos dizer dos primeiros imigrantes, dos pioneiros, protagonistas das lutas religiosas e políticas inglesas, derrotados, mas não humilhados nem rebaixados em sua pátria de origem. Eles importam para a América, consigo mesmos, além da energia moral e volitiva, um certo grau de civilização, uma certa fase da evolução histórica europeia, que transplantada em solo virgem americano por tais agentes, continua a desenvolver as forças implícitas em sua

natureza, mas a um ritmo incomparavelmente mais rápido do que na velha Europa, onde há toda uma série de freios (morais, intelectuais, políticos, econômicos, incorporados em determinados grupos da população, relíquias de regimes passados que não querem desaparecer) que se opõem | a um processo rápido e equilibram na mediocridade qualquer iniciativa, diluindo-a no tempo e no espaço.

Na Inglaterra, o desenvolvimento é muito diferente que na França. O novo agrupamento social, nascido com base no industrialismo moderno, tem um surpreendente desenvolvimento econômico-corporativo, mas prossegue a tatear no campo intelectual-político. Muito vasta a categoria dos intelectuais orgânicos, isto é, nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico, mas na esfera mais elevada encontramos preservada a posição de quase monopólio da velha classe rural, que perde sua supremacia econômica, mas conserva por muito tempo uma supremacia político-intelectual e é assimilada como “intelectuais tradicionais” e estrato dirigente pelo novo grupo no poder. A velha aristocracia fundiária se une aos industriais com um tipo de sutura que, em outros países é precisamente a que une os intelectuais tradicionais às novas classes dominantes.

O fenômeno inglês também ocorreu na Alemanha, complicado por outros elementos históricos e tradicionais. A Alemanha, como a Itália, foi a sede de uma instituição e de uma ideologia universalista e supranacional (Sacro Império Romano da Nação Alemã) e deu uma certa quantidade de pessoal à cosmópole medieval, esgotando suas energias internas e suscitando lutas que desviavam dos problemas de organização nacional e mantinham a desagregação territorial da Idade Média. O desenvolvimento industrial ocorreu sob um invólucro semifeudal que durou até novembro de 1918, e os junker mantiveram uma supremacia político-intelectual muito maior do que a do próprio grupo inglês. Eles foram os intelectuais tradicionais dos industriais alemães, mas com privilégios especiais e com uma forte consciência de ser um grupo social independente, baseado no fato de que eles detinham um notável poder econômico

sobre a terra, “produtiva” mais do que na Inglaterra. Os junker prussianos assemelhavam-se a uma casta sacerdotal-militar, que tem um quase monopólio de funções diretivo-organizativas na sociedade política, mas, ao mesmo tempo, tem uma base econômica própria e não depende exclusivamente da liberalidade do grupo econômico dominante. Além disso, diferentemente dos nobres agrários ingleses, os junker constituíram a oficialidade de um grande exército permanente, o que lhes dava quadros organizativos sólidos, favoráveis à preservação do espírito de grupo e do monopólio político (no livro *Parlamento e Governo na nova ordem da Alemanha* de Max Weber [3], podem ser encontrados muitos elementos para ver como o monopólio político dos nobres impediu a elaboração de um vasto quadro político burguês experiente e esteve na raiz das contínuas crises parlamentares e da desagregação dos partidos liberais e democráticos; daí a importância do Centro Católico e da Social-Democracia, que no período imperial conseguiram elaborar seu próprio estrato parlamentar e diretivo bastante notável).

Nos Estados Unidos deve-se notar a ausência, em certa medida, dos intelectuais tradicionais e, portanto, o diverso equilíbrio dos intelectuais em geral. Houve uma formação maciça na base industrial de todas as superestruturas modernas. A necessidade de um equilíbrio não é dada pelo fato de ser preciso fundir intelectuais orgânicos com intelectuais tradicionais que não existem como uma categoria cristalizada e reacionária, mas pelo fato de ser preciso fundir em um cadinho nacional de cultura unitária diversos tipos de culturas trazidas por imigrantes de várias origens nacionais. A falta de | uma vasta sedimentação de intelectuais tradicionais, como |5A| ocorreu em países de antiga civilização, explica em parte, tanto a existência de apenas dois grandes partidos políticos, que de fato poderiam facilmente ser reduzidos a um (cf. com a França não apenas no período pós-guerra, quando a multiplicação de partidos se tornou um fenômeno geral), como, por outro lado, a multiplicação ilimitada de seitas religiosas (acho que mais de 200 foram catalogadas; cf. com a França e as lutas ferozes sustentadas para manter a unidade religiosa e moral do povo francês).

Uma manifestação interessante ainda não estudada nos Estados Unidos é a formação de um número surpreendente de intelectuais negros, que absorvem a cultura e a técnica americana. Pode-se pensar na influência indireta que esses intelectuais negros podem exercer sobre as massas atrasadas da África e na influência direta se uma dessas hipóteses ocorresse: (1) que o expansionismo americano se sirva como seus agentes os negros nacionais, para conquistar os mercados africanos e estender ali seu próprio tipo de civilização (algo semelhante já aconteceu, mas não sei em qual medida); (2) que as lutas pela unificação do povo americano seriam exacerbadas de tal forma que resultariam no êxodo dos negros e no retorno à África dos elementos intelectuais mais independentes e enérgicos e, portanto, menos propensos a submeter-se a uma possível legislação ainda mais humilhante do que o costume atualmente difundido. Nasceriam duas questões fundamentais: 1) da língua, isto é, o inglês poderia tornar-se a língua culta da África, unificando a existente poeira dos dialetos? 2) se esse estrato intelectual poderia ter a capacidade de assimilação e organização na medida necessária que tornasse “nacional” o atual sentimento primitivo de raça desprezada, elevando o continente africano ao mito e à função de pátria comum de todos os negros. Parece-me que, por enquanto, os negros da América devem ter um espírito de raça e nacional mais negativo que positivo, isto é, suscitado pela luta que os brancos travam para isolá-los e rebaixá-los: mas não foi este o caso dos judeus até todo o 1700? A Libéria já americanizada e com uma língua oficial inglesa poderia se tornar a Sião dos negros americanos, com tendência a colocar-se como o Piemonte africano.

Na América do Sul e Central a questão dos intelectuais ao que me parece deve ser examinada à luz destas condições fundamentais: também na América do Sul e Central não existe uma grande categoria de intelectuais tradicionais, mas a realidade não se apresenta nos mesmos termos que nos Estados Unidos. De fato, encontramos na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos 1500 e 1600, caracterizada pela Contrarreforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações, ainda

resistentes nestes países, são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizados na forma da mãe-pátria europeia. A base industrial é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas: o maior número de intelectuais é de tipo rural e uma vez que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, esses intelectuais estão vinculados ao clero e aos grandes proprietários. A composição nacional também é muito desequilibrada mesmo entre os brancos, mas se complica ainda mais pelas massas consideráveis de índios, que em alguns países são a maioria da população. Pode-se dizer em geral que nessas regiões americanas | ainda existe uma situação como a Kulturkampf e do | 6| processo Dreyfus, ou seja, uma situação em que o elemento laico e burguês ainda não chegou ao estágio de subordinação dos interesses e da influência clerical e militarista à política laica do estado moderno. Assim, em oposição ao jesuitismo tinham ainda muita influência a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a “Igreja Positivista”. Os eventos dos últimos tempos (novembro de 1930), desde o Kulturkampf de Calles, no México, às insurreições militar-populares na Argentina, Brasil, Peru, Chile e Bolívia, demonstram precisamente a exatidão dessas observações.

Outros tipos de formação das categorias intelectuais e das suas relações com as forças nacionais podem ser encontrados na Índia, na China e no Japão. No Japão, temos uma formação do tipo inglês e alemão, ou seja, de uma civilização industrial que se desenvolve dentro de um invólucro feudal-burocrático com características próprias inconfundíveis.

Na China há o fenômeno da escrita, uma expressão da separação completa dos intelectuais do povo. Na Índia e na China a enorme distância entre os intelectuais e o povo manifesta-se no campo religioso. O problema das diferentes crenças e das diferentes maneiras de conceber e praticar a mesma religião entre os diferentes estratos da sociedade, mas especialmente entre o clero e os intelectuais e o povo deveria ser estudado em geral, porque se manifesta por toda parte em certo grau, embora nos países da Ásia oriental tenha as manifestações mais extremas. Nos países protestantes a diferença é

relativamente pequena (a multiplicação das seitas está ligada à necessidade de uma sutura completa entre intelectuais e povo, o que reproduz na esfera da organização superior toda a escabrosidade da concepção real das massas populares). É muito considerável nos países católicos, mas em diferentes graus: menor na Alemanha Católica e na França, maior na Itália, especialmente no Sul e nas Ilhas; imensa na Península Ibérica e nos países da América Latina. O fenômeno aumenta em magnitude nos países ortodoxos onde se deve falar de três graus da mesma religião: a do alto clero e dos monges, a do clero secular e a do povo. O problema torna-se absurdo na Ásia Oriental, onde a religião do povo muitas vezes nada tem a ver com a dos livros, embora as duas recebam o mesmo nome.

---

Aspectos diversos da questão dos intelectuais, além dos acima mencionados. É necessário fazer um levantamento orgânico, sistemático e fundamentado. Registro das atividades de caráter predominantemente intelectual. Instituições ligadas à atividade cultural. Método e problemas de método de trabalho intelectual e cultural, tanto criativo quanto de divulgação. Escola, academia, círculos de diferentes tipos, como instituições de elaboração colegiada da vida cultural. Revistas e jornais como meio de organização e difusão de certos tipos de cultura.

Pode-se observar em geral que na civilização moderna todas as atividades práticas se tornaram tão complexas e as ciências tão entrelaçadas com a vida que toda atividade prática tende a criar uma escola para seus dirigentes e especialistas e, portanto a criar um grupo de especialistas intelectuais de grau superior para ensinar nessas escolas. Assim, ao lado do tipo de escola que se poderia chamar de “humanista”, e que é o tipo tradicional mais antigo, e que visava | **6A** | desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, a potência fundamental de pensar e de saber dirigir-se na vida, foi-se criando todo um sistema de escolas particulares de vários graus, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas com precisa individualização. Pode-se até mesmo dizer que a crise escolar que hoje grassa está

precisamente ligada ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de forma caótica, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente fixado: a crise do programa e da organização escolar, ou seja, da direção geral de uma política de formação de modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complicação da crise orgânica mais abrangente e geral. A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional para as classes instrumentais, a escola clássica para as classes dominantes e para os intelectuais. O desenvolvimento da base industrial tanto na cidade como no campo tinha uma necessidade crescente do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se ao lado da escola clássica aquela técnica (profissional mas não manual), o que pôs em questão o próprio princípio da direção concreta da cultura geral, da direção humanista da cultura geral fundada na tradição greco-romana. Esta direção, uma vez posta em discussão, pode ser considerada condenada, porque sua capacidade formativa se baseava em grande parte no prestígio geral e tradicionalmente indiscutível, de uma determinada forma de civilização.

Hoje a tendência é abolir todo tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa” ou deixar apenas uma amostra reduzida para uma pequena elite de senhores e mulheres que não precisam pensar em preparar-se para um futuro profissional e difundir cada vez mais escolas profissionais especializadas nas quais o destino do estudante e sua atividade futura são predeterminados. A crise terá uma solução que racionalmente deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que harmonize com justa dose o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passa-se para uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

É preciso ter presente a tendência em desenvolvimento pela qual toda atividade prática tende a criar uma sua escola especializada,

assim como toda atividade intelectual tende a criar seus próprios círculos de cultura, que assumem a função de instituições pós-escolares especializadas na organização das condições nas quais é possível acompanhar os progressos que ocorrem em seu próprio ramo científico. Também pode ser observado que cada vez mais órgãos deliberativos tendem a distinguir sua atividade em dois aspectos “orgânicos”, aquela deliberativa que é essencial para eles e aquela técnico-cultural pela qual as questões sobre as quais devem ser tomadas decisões são primeiramente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente. Esta atividade já criou todo um corpo burocrático de uma nova estrutura, porque além dos escritórios especializados de competentes que preparam o material técnico para os órgãos deliberativos, é criado um segundo corpo de funcionários, mais ou menos “voluntários” e desinteressados, escolhidos de tempos em tempos na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira chegou a controlar os regimes democráticos e os parlamentos; agora o mecanismo | está se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da prática privada, que assim controlam tanto os regimes quanto a burocracia. Uma vez que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas, toda tentativa de exorcizar de fora estas tendências não produz nada além de sermões moralistas e gemidos retóricos. Coloca-se a questão de modificar a preparação do pessoal técnico político, integrando sua cultura de acordo com as novas necessidades, e de elaborar novos tipos de funcionários especializados que colegiadamente integram a atividade deliberativa. O tipo tradicional de “dirigente” político, preparado apenas para atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal: o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura técnica geral que lhe permita, se não “criar” a solução certa de forma autônoma, poder julgar entre as soluções propostas pelos especialistas e, portanto, escolher a justa do ponto de vista “sintético” da técnica



política. Um tipo de colegiado deliberativo que procura incorporar a competência técnica necessária para operar de forma realista foi descrito em outro lugar <sup>[4]</sup>, onde se fala o que acontece em certas redações de revistas, que funcionam ao mesmo tempo como redações e como círculos de cultura. O círculo critica colegiadamente e contribui assim para elaborar os trabalhos de cada editor, cuja produção é organizada de acordo com um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecida. Através da discussão e da crítica colegiada (feita de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca) em que cada um funciona como especialista em seu próprio assunto a fim de integrar a competência coletiva, se consegue elevar o nível médio de cada redator, alcançar a altura ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica, não apenas, mas criando as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais preparado para produzir uma atividade “editorial” regular e metódica (não apenas de publicações ocasionais e ensaios parciais, mas de obras orgânicas como um todo). Sem dúvida, neste tipo de atividades coletivas, cada trabalho produz novas capacidades e possibilidades de trabalho, já que cria cada vez mais orgânicas condições de trabalho: fichários, revisões bibliográficas, coleção de obras fundamentais especializadas etc. Uma luta rigorosa é exigida contra os hábitos de amadorismo, improvisação, soluções “oratórias” e declamatórias. O trabalho deve ser feito especialmente por escrito, assim como por escrito devem ser feitas as críticas, em notas breves e sucintas, o que pode ser obtido distribuindo em tempo o material etc.; a escrita de notas e críticas é um princípio didático tornado obrigatório pela necessidade de combater os hábitos de prolixidade, declamação e paralogismo criados pela oratória. Este tipo de trabalho intelectual é necessário para que os autodidatas adquiram a disciplina dos estudos que visa uma carreira escolar regular, para taylorizar o trabalho intelectual. Assim, é útil o princípio dos “anciãos de Santa Zita” mencionado por De Sanctis em suas recordações sobre a escola napolitana de Basílio Puoti <sup>[5]</sup>: ou seja, é útil uma certa “estratificação” das capacidades e atitudes e a formação de grupos de trabalho sob a

orientação dos mais experientes e desenvolvidos, que acelerem preparação dos mais atrasados e incultos.

**[7A]** | Um ponto importante no estudo da organização prática da escola unitária é o que diz respeito à carreira escolar em seus diversos graus de acordo com a idade e o desenvolvimento intelectual-moral dos alunos e com os fins que a própria escola deseja atingir. A escola unitária ou de formação humanista (este termo de humanismo sendo entendido em sentido amplo e não apenas no sentido tradicional) ou de cultura geral, deveria ter como objetivo introduzir os jovens na atividade social depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade de criação intelectual e prática e de autonomia na orientação e na iniciativa. A fixação da idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, uma vez que estas podem obrigar a demandar aos jovens e aos garotos de uma certa contribuição produtiva imediata. A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família para a manutenção dos estudantes, isto é transforma o orçamento do ministério da educação nacional de cima a baixo, ampliando-o de forma sem precedentes e tornando-o mais complexo: toda a função da educação e formação das novas gerações torna-se pública e não privada, pois somente desta forma pode envolver todas as gerações sem divisões de grupos ou castas. Mas esta transformação da atividade escolar exige uma ampliação sem precedentes da organização prática da escola, isto é, dos edifícios, do material científico, do corpo docente etc. O corpo docente especialmente deve ser aumentado, a fim de melhorar a qualidade da educação das novas gerações. O corpo docente deveria ser especialmente ampliado, pois a eficiência da escola é tanto maior e mais intensa quanto menor a relação entre professor e alunos, o que coloca outros problemas não fáceis e rápidos de resolver. Mesmo a questão dos edifícios não é fácil, pois este tipo de escola deveria ser uma escola-colégio, com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, salas adequadas para o trabalho em seminários etc. Portanto, inicialmente o novo tipo de escola deverá e não pode deixar de ser adequado a pequenos grupos, de jovens escolhidos por concurso ou indicados sob

sua responsabilidade por instituições idôneas. A escola unitária deveria corresponder ao período do hoje representado pelas escolas primárias e médias, reorganizadas não apenas em termos de conteúdo e método de ensino, mas também em termos da disposição dos vários graus da carreira escolar. O primeiro grau elementar não deveria ser superior a 3-4 anos e, além de ensinar as primeiras noções “instrumentais” da educação - leitura, escrita, aritmética, geografia, história - deveria especialmente desenvolver a parte que hoje é negligenciada de “direitos e deveres”, ou seja, as primeiras noções do Estado e da sociedade, como elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções dadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, as concepções que podem ser chamadas de folclóricas. O problema didático a ser resolvido é o de temperar e enriquecer a orientação dogmática que não pode deixar de ser oportuna a estes primeiros anos. O resto do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que aos 15-16 anos de idade se possa completar todos os graus da escola unitária. Pode-se objetar que tal curso é muito extenuante pela sua rapidez, se quisermos realmente alcançar os resultados que a organização atual da escola clássica propõe, mas não consegue. Pode-se dizer, entretanto, que o conjunto da nova organização terá que conter em si mesmo os elementos gerais devido aos quais hoje, pelo menos para uma parte dos alunos, o curso é muito lento. Quais são estes elementos? Em várias famílias, especialmente | dos estratos intelectuais, os jovens encontram na vida familiar uma preparação, uma extensão e uma integração da vida escolar, absorvem, como se diz, do “ar” toda uma quantidade de noções e atitudes que facilitam a carreira escolar propriamente dita: eles já conhecem e desenvolvem o conhecimento da língua literária, isto é, o meio de expressão e conhecimento, tecnicamente superior aos meios possuídos pela média da população escolar de 6 a 12 anos de idade. Assim, os alunos da cidade, pelo simples fato de viverem na cidade, absorveram antes mesmo dos 6 anos de idade uma quantidade de noções e aptidões que tornam sua carreira escolar mais fácil, mais frutuosa e mais rápida. No âmago da organização da escola unitária devem ser criadas, pelo menos as principais destas condições, além do fato, | 8 |

pressuposto, que paralelamente à escola unitária se desenvolve uma rede de jardins de infância e outras instituições nas quais, mesmo antes da idade escolar, as crianças sejam acostumadas a uma certa disciplina coletiva e adquiram noções e aptidões pré-escolares. De fato, a escola unitária deveria ser organizada como colégio, com vida coletiva diurna e noturna, libertada das atuais formas de disciplina hipócrita e mecânica, e o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas de aplicação chamada de individual etc.

O problema fundamental surge para aquela fase da atual carreira escolar que hoje é representada pelo liceu e que hoje não difere em nada, como um tipo de ensino, das turmas anteriores, a não ser pela suposição abstrata de uma maior maturidade intelectual e moral do aluno em conformidade com sua maior idade e com a experiência anteriormente acumulada. De fato, entre o liceu e a universidade, ou seja, entre a escola propriamente dita e a vida, há um salto, uma verdadeira solução de continuidade, não uma passagem racional da quantidade (idade) para a qualidade (maturidade intelectual e moral). Do ensino quase puramente dogmático, no qual a memória desempenha um grande papel, passa-se à fase criativa ou de trabalho autônomo e independente; da escola com disciplina de estudo imposta e controlada autoritariamente passa-se a uma fase de estudo ou trabalho profissional na qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente ilimitadas. E isto acontece imediatamente após a crise da puberdade, quando a fúria das paixões instintivas e elementares ainda não terminou de lutar contra os freios do caráter e da consciência moral em formação. Na Itália então, onde nas Universidades não é difundido o princípio do trabalho de “seminário”, a passagem é ainda mais busca e mecânica.

É por isso que na escola unitária a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva na qual há uma tendência a criar os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias para uma posterior especialização seja de natureza científica (estudos universitários) ou de natureza imediatamente prático-produtiva (indústria, burocracia, organi-

zação do comércio etc.). O estudo e a aprendizagem de métodos criativos na ciência e na vida devem começar nesta última fase da escola e não mais ser um monopólio da Universidade ou ser deixados ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para o desenvolvimento do elemento de responsabilidade autônoma nos indivíduos, ser uma escola criativa (deve ser feita uma distinção entre escola criativa e escola ativa, também na forma dada pelo método Dalton <sup>[6]</sup>). Toda a escola unitária é uma escola ativa, embora seja necessário estabelecer limites às ideologias libertárias neste campo e reivindicar com alguma energia o dever das gerações adultas, ou seja, do Estado, de “conformar” | as novas gerações. Ainda estamos | 8A | na fase romântica da escola ativa, na qual os elementos da luta contra a escola mecânica e jesuítica foram morbidamente ampliados por razões de contraste e controvérsia: é necessário entrar na fase “clássica”, racional, encontrar nos fins a serem alcançados a fonte natural para a elaboração de métodos e formas. A escola criativa é o coroamento da escola ativa: na primeira fase há uma tendência a disciplinar, portanto também a nivelar, a obter um certo tipo de “conformismo” que pode ser chamado de “dinâmico”; na fase criativa, sobre o fundamento alcançado de “coletivização” do tipo social, há uma tendência a expandir a personalidade, que se tornou autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea. Assim, escola criativa não significa uma escola de “inventores e descobridores”; ela indica uma fase e um método de pesquisa e conhecimento, e não um “programa” predeterminado com a obrigação da originalidade e da inovação a todo custo. Indica que o aprendizado ocorre especialmente por um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas uma função de orientação amigável, como acontece ou deveria acontecer na Universidade. Descobrir por si mesmo, sem sugestões e ajuda externa, uma verdade é criação, mesmo que a verdade seja antiga, e demonstra posse do método; indica que em todos os sentidos se entrou no estágio de maturidade intelectual em que novas verdades podem ser descobertas. Assim, nesta etapa a atividade escolar fundamental será realizada em seminários, bibliotecas e laboratórios experimentais; nela serão reunidas as indicações orgânicas para a orientação profissional).

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário será, portanto, refletido em todos os organismos de cultura, transformando-os e dando-lhes um novo conteúdo. Problema da nova função que as universidades e academias poderão assumir. Hoje estas duas instituições são independentes uma da outra e as Academias são o símbolo, muitas vezes justamente ridicularizado, da distância entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo (daí aquele certo sucesso que os Futuristas tiveram em seu primeiro período de Sturm und Drang antiacadêmico, antitradicionalista etc.). Em uma nova situação de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que após a escola unitária passarão para o trabalho profissional, e um ponto de encontro entre eles e os estudantes universitários. Os elementos sociais empregados no trabalho profissional não devem cair na passividade intelectual, mas devem ter à sua disposição (por iniciativa coletiva e não por indivíduos, como função social orgânica reconhecida como de necessidade e utilidade pública) institutos especializados em todos os ramos de pesquisa e trabalho científico, nos quais poderão colaborar e nos quais encontrarão todas as ajudas necessárias para cada forma de atividade cultural que pretendam empreender. A organização acadêmica <terá que ser> reorganizada e revitalizada de cima a baixo. Territorialmente, terá uma centralização de competência e especialização: centros nacionais que agregarão as grandes instituições existentes, seções regionais e provinciais e círculos locais urbanos e rurais. Ela será seccionada por competência científico-cultural, sendo todas elas representadas nos centros superiores, mas apenas parcialmente nos círculos locais. Unificar os vários tipos de organizações culturais

[9] existentes: Academias, Institutos | de cultura, círculos filológicos etc., integrando o trabalho acadêmico tradicional, que se expressa principalmente na disposição do conhecimento passado ou procurando fixar uma média do pensamento nacional como guia para a atividade intelectual, com atividades relacionadas à vida coletiva,

ao mundo da produção e do trabalho. Serão controladas\* as conferências industriais, a atividade da organização científica do trabalho, os laboratórios experimentais nas fábricas etc. Um mecanismo será construído para selecionar e desenvolver as habilidades individuais da massa popular, que são sacrificadas e se perdem em erros e tentativas sem saída. Cada círculo local deveria necessariamente ter sua seção de ciências morais e políticas, e irá gradualmente organizar as outras seções especiais para discutir os aspectos técnicos dos problemas industriais, agrários, de organização e racionalização do trabalho, de fábrica, agrícola, burocrático etc. Congressos periódicos de diferentes graus darão a conhecer os mais capazes.

Seria útil ter uma lista completa das Academias e outras organizações culturais que existem hoje e dos assuntos que são predominantemente tratados em seus trabalhos e publicados em seus Anais: em sua maioria são cemitérios de cultura, mesmo que tenham uma função na psicologia da classe dominante.

A colaboração entre esses organismos e as Universidades deveria ser estreita, assim como com todas as escolas superiores especializadas de todos os tipos (militares, navais etc.). O objetivo é conseguir uma centralização e um impulso da cultura nacional que sejam superiores aos da Igreja Católica.

(Este esquema de organização do trabalho cultural de acordo com os princípios gerais da escola unitária, deveria ser desenvolvido cuidadosamente em todas as suas partes e servir de guia na constituição até mesmo do mais elementar e primitivo centro de cultura, que deveria ser concebido como um embrião e uma molécula de toda a estrutura mais maciça. Mesmo as iniciativas que são conhecidas como transitórias e experimentais deveriam ser concebidas como capazes de serem absorvidas pelo esquema geral e ao mesmo tempo como elementos vitais que tendem a criar todo o esquema. Estudar cuidadosamente a organização e o desenvolvimento do Rotary Club).

CF. CADERNO 4 (XIII), PP. 11-19, 19 – 21 BIS.

\* NO MS: "ELES IRÃO CONTROLAR".

{ § 2 }. *Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo.* A fratura determinada pela reforma Gentile entre a escola primária e média, por um lado, e aquela superior por outro. Antes da reforma, uma fratura semelhante existia apenas de uma forma muito marcada entre a escola profissionalizante, por um lado, e a escola média e superior, por outro: a escola primárias foi colocada em uma espécie de limbo, por algumas de suas características particulares.

Nas escolas primárias, dois elementos se prestavam à educação e formação das crianças: as primeiras noções de ciências naturais e as noções de direitos e deveres do cidadão. As noções científicas deveriam servir para introduzir a criança na “societas rerum”, os direitos e deveres na vida estatal e na sociedade civil. As noções científicas entravam em conflito com a concepção mágica do mundo e da natureza que a criança absorve do ambiente impregnado de folclore, assim como as noções de direitos e deveres entram em conflito com as tendências à barbárie individualista e localista, que é também um aspecto do folclore. A escola com seu ensino luta contra o folclore, com todas as sedimentações tradicionais das concepções de mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pelo aprendizado da existência das leis da natureza como algo objetivo e rebelde ao qual é preciso se adaptar para dominá-los, e das leis civis e estatais que

**9A** | são um produto | de uma atividade humana, que são estabelecidos pelo homem e podem ser mudados para fins de seu desenvolvimento coletivo; as leis civis e estatais ordenam os homens no modo historicamente mais conforme a dominar as leis da natureza, ou seja, para facilitar seu trabalho, que é o modo próprio do homem de participar ativamente da vida da natureza a fim de transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensivamente. Pode ser dito, portanto, que o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode realizar-se em todo seu poder de expansão e produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, uma ordem que deve ser



respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmos como liberdade e não por mera coerção. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente na escola elementar, uma vez que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito de equilíbrio entre a ordem social e a ordem natural com base no trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo, liberta de toda magia e feitiçaria, e dá a base para o desenvolvimento posterior de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para compreender o movimento e o devir, para estimar a soma de esforços e sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa o presente, para conceber a atualidade como uma síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. É este o fundamento da escola primária; que isso tenha dado todos os seus frutos, que no corpo dos professores tenha havido a consciência de seu dever e do conteúdo filosófico desse dever, é uma outra questão, ligada à crítica do grau de consciência civil de toda a nação, da qual o corpo docente era apenas uma expressão, ainda que amesquinhada, e não certamente uma vanguarda.

Não é completamente exato que a instrução não seja também educação: ter insistido demais nesta distinção foi um grave erro da pedagogia idealista e já se podem ver os efeitos da mesma na escola reorganizada por esta pedagogia. Para que a instrução não fosse também educação o discente teria que ser um mero passivo, um “recipiente mecânico” de noções abstratas, o que é absurdo e de resto vem “abstratamente” negado pelos defensores da educação pura precisamente contra a mera instrução mecanicista. O “certo” torna-se “verdadeiro” na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo de “individual” (muito menos individualizado), é o reflexo da fração da sociedade civil na qual a criança participa, das relações sociais que se constituem na família, no bairro, na aldeia etc. A consciência individual da grande maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas

com aquelas representadas pelo currículo escolar: o “certo” de uma cultura avançada torna-se “verdadeiro” nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica, não há unidade entre escola e vida, e por isso não existe unidade entre instrução e educação. Por isso pode ser dito que na escola o nexo instrução-educação só pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e cultura que ele representa e o tipo de sociedade e cultura representado pelos alunos e é consciente de sua tarefa que consiste em acelerar e disciplinar a formação da criança | em conformidade com o tipo superior em luta com o tipo inferior. Se o corpo docente é deficiente e o nexo instrução-educação é dissolvido a fim de resolver a questão do ensino de acordo com esquemas livrescos em que a educatividade é exaltada, a obra do professor será ainda mais deficiente: haverá uma escola retórica, sem seriedade, porque lhe faltará o material a substância material do certo, e o verdadeiro será verdadeiro em palavras, somente retórica. A degeneração pode ser vista ainda mais claramente na escola média, nos cursos de literatura e filosofia. Antes os estudantes, pelo menos formavam uma certa “bagagem” ou “provisão” (de acordo com o gosto) de noções concretas: agora que o professor deve ser especialmente um filósofo e um esteta, o aluno negligencia noções concretas e “enche sua cabeça” com fórmulas e palavras que não fazem sentido para ele, na maioria das vezes, e que logo são esquecidas. A luta contra a velha escola era justa, mas a reforma não foi tão simples quanto parecia; não se tratava de esquemas programáticos, mas de homens, e não dos homens que imediatamente são professores, mas de todo o complexo social do qual os homens são expressão. Na realidade, um professor medíocre pode conseguir que seus alunos se tornem mais instruídos, não terá sucesso em obter que sejam mais cultos; ele desenvolverá com escrúpulo e consciência burocrática a parte mecânica da escola, e o aluno, se for um cérebro ativo, organizará por sua conta, e com a ajuda de seu ambiente social, a “bagagem” acumulada. Com os novos programas, que coincidem com um rebaixamento geral do nível do corpo docente, não haverá nenhuma “bagagem” a ser organizada. Os novos programas deveriam ter abolido completamente

os exames; prestar um exame, agora, deve ser muito mais um “jogo de azar” do que costumava ser. Uma data é sempre uma data, seja qual for o professor examinador, e uma “definição” é sempre uma definição; mas um julgamento, uma análise estética ou filosófica?

A eficácia educativa da velha escola média italiana, como a havia organizado a velha lei Casati <sup>[1]</sup>, não devia ser procurada (ou negada) na vontade expressa de ser ou não ser uma escola educativa, mas no fato que sua organização e seus programas eram a expressão de uma forma tradicional de vida intelectual e moral, de um clima cultural difundido em toda a sociedade italiana por uma antiquíssima tradição. Que tal clima e tal modo de vida entraram em agonia e que a escola se distanciou da vida, determinou a crise da escola. Criticar os programas e a organização disciplinar da escola quer dizer menos do que nada, se não se levar em conta estas condições. Assim, voltamos à participação verdadeiramente ativa do aluno na escola, que só pode existir se a escola estiver ligada à vida. Os novos programas, quanto mais afirmam e teorizam sobre a atividade do discente, e sua colaboração ativa com o trabalho do professor, e tanto mais são dispostos como se o discente fosse uma mera passividade. Na velha escola, o estudo gramatical das línguas latina e grega, combinado com o estudo das respectivas literaturas e histórias políticas, era um princípio educativo na medida em que o ideal humanista, personificado em Atenas e Roma, era difundido em toda a sociedade, era um elemento essencial da vida e da cultura nacionais. Mesmo a forma mecânica do estudo gramatical era iniciada a partir desta perspectiva cultural. As noções singulares não eram aprendidas para um propósito prático-profissional imediato: este parecia desinteressado, porque o interesse era o desenvolvimento interior da personalidade, a formação de caráter através da absorção e assimilação de todo o passado cultural da civilização europeia moderna. Não se aprendia o latim e o grego para falá-los, para serem garçons, intérpretes, correspondentes comerciais. Aprendia-se para conhecer diretamente a civilização | dos dois povos, pressuposto necessário para a civilização moderna, isto é, para ser si mesmos e conhecer-se a si mesmos conscientemente. As línguas latina e gre-

ga eram aprendidas de acordo com a gramática, mecanicamente; mas há muita injustiça e impropriedade na acusação de mecanicidade e de aridez. Lida-se com adolescentes que precisam contrair certos hábitos de diligência, de exatidão, até mesmo compostura física, de concentração psíquica em certos assuntos que não podem ser adquiridos sem uma repetição mecânica de atos disciplinados e metódicos. Um estudioso de quarenta anos de idade seria capaz de sentar-se à sua mesa por dezesseis horas seguidas, se desde criança não tivesse forçadamente, por coerção mecânica, adquirido os hábitos psicofísicos apropriados? [2] Se quisermos selecionar grandes cientistas, tem que começar a partir ainda desse ponto e deve-se pressionar toda a área escolar para conseguir fazer com que surjam os milhares ou centenas ou apenas dezenas de estudiosos de grande fibra, dos quais toda civilização precisa (embora muito possa ser melhorado neste campo, com a ajuda dos subsídios científicos adequados, sem retornar aos métodos escolares dos jesuítas).

Aprende-se o latim (ou melhor, estuda-se o latim), analisa-se até mesmo nos seus componentes mais elementares analisa-se como uma coisa morta, é verdade, mas qualquer análise feita por uma criança só pode ser sobre coisas mortas: por um lado, não se deve esquecer que onde este estudo ocorre, nestas formas, a vida dos romanos é um mito que, em certa medida, já interessou à criança e o interessa, de modo que no morto está sempre presente um grande ser vivo. E mais: a língua é morta, é analisada como uma coisa inerte, como um cadáver sobre a mesa anatômica, mas revive sempre nos exemplos, nas narrações. Pode-se fazer o mesmo estudo com o italiano? Impossível: nenhuma língua viva poderia ser estudada como o latim: seria e pareceria absurdo. Nenhuma das crianças conhece latim quando começam o estudo com aquele método analítico. Uma língua viva poderia ser conhecida e seria suficiente uma única criança a conhecesse, para quebrar o encanto: todos iriam para a escola Berlitz, imediatamente. O latim se apresenta (assim como o grego) à fantasia como um mito, até mesmo para o professor. O latim não é estudado para aprender latim; o latim, durante muito tempo, por uma tradição cultural-escolar da qual podem ser

buscados origem e desenvolvimento, estuda-se como um elemento de um programa escolar ideal, um elemento que resume e satisfaz toda uma série de exigências pedagógicas e psicológicas; é estudado a fim de acostumar as crianças a estudar de uma certa forma, a analisar um corpo histórico que pode ser tratado como um cadáver que continuamente se recompõe em vida, para habituá-las ao raciocínio, a abstrair esquematicamente e ser capazes de passar da abstração para a vida real imediata, para ver em cada fato ou dado o que há de geral e de particular, o conceito e o indivíduo. E o que não significa, educativamente, a comparação contínua entre o latim e a língua que se fala? A distinção e a identificação das palavras e dos conceitos, toda a lógica formal, com as contradições dos opostos e a análise dos distintos, com o movimento histórico do conjunto linguístico, que se modifica no tempo, que há um *dever* e não é somente estaticidade. Nos oito anos de ginásio-liceu, estuda-se toda a língua historicamente real, depois de tê-la visto fotografada em um instante abstrato, sob a forma de gramática: estuda-se desde Ennio (e, na verdade, a partir das palavras dos fragmentos das doze tábuas) até Fredo e os cristãos-latinos: um processo histórico é analisado desde sua ascensão até sua morte no tempo, morte aparente, porque se sabe que o italiano, com o qual o latim é continuamente comparado, é o latim moderno. Estuda-se a gramática de uma determinada época, uma abstração, o vocabulário | de um determinado período, mas estuda-se (por comparação) a gramática e o vocabulário de cada determinado autor, e o significado de cada termo em cada “período” [estilístico] determinado: descobre-se assim que a gramática e o vocabulário de Fredo não são as de Cícero, nem as de Plauto, nem as de Lattanzio e Tertulliano, que um mesmo nexo de sons não tem o mesmo significado nos diversos tempos, nos diferentes escritores. O latim e o italiano são continuamente comparados: mas cada palavra é um conceito, uma imagem, que assume nuances diferentes nos tempos, nas pessoas, em cada um das duas línguas comparadas. Estuda-se a história literária, dos livros escritos naquela língua, a história política, as aventuras dos homens que falaram essa língua. Por todo este complexo orgânico é determinada a educação dos jovens, pelo fato de que mesmo ma-

terialmente ele tenha percorrido esse itinerário, com aquelas etapas etc. Ele mergulhou na história, adquiriu uma intuição historicista do mundo e da vida, que se torna uma segunda natureza, quase uma espontaneidade, porque não é pedantemente inculcado pela “vontade” extrinsecamente educativa. Este estudo educava sem ter a vontade expressamente declarada, com a mínima intervenção “educativa” do professor: educava porque instruía. Experiências lógicas, artísticas, psicológicas eram feitas sem “refletir sobre elas”, sem se olhar continuamente no espelho, e, especialmente, era feita uma grande experiência “sintética”, filosófica, de desenvolvimento histórico real.

Isso não significa (e seria inepto pensá-lo) que o latim e o grego, como tais, tenham qualidades intrinsecamente taumatúrgicas no campo educacional. É toda a tradição cultural, que vive também e especialmente fora da escola, que em um determinado ambiente produz tais consequências. Vê-se, por outro lado, como, modificada a intuição tradicional da cultura, a escola entrou em crise e entrou em crise o estudo do latim e do grego.

Será necessário substituir o latim e o grego como fulcro da escola formativa e será substituído, mas não será fácil organizar a nova matéria ou a nova série de matérias em uma ordem didática que dê resultados equivalentes em educação e formação geral da personalidade, partindo da criança até o limiar/ingresso da escolha profissional. Neste período, de fato, o estudo ou a maior parte do estudo deve ser (ou deve aparecer aos alunos) desinteressado, ou seja, não deve ter objetivos práticos imediatos ou muito imediatos, deve ser formativa, mesmo que “instrutivo”, ou seja, rica em noções concretas.

Na escola atual, devido à profunda crise da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, está ocorrendo um processo progressivo de degeneração: as escolas de tipo profissional, ou seja, preocupados em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam\* sobre a escola formativa imediatamente desinteressada. O

\* NO MS: “PREDOMINA”.

aspecto mais paradoxal é que este novo tipo de escola aparece e é pregado como democrático, enquanto que, em vez disso, ela não apenas está destinada a perpetuar as diferenças sociais, mas a cristalizá-las em formas chinesas.

A escola tradicional era oligárquica porque destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a se tornar dirigente: mas não era oligárquica pelo modo de ensino. Não é a aquisição de habilidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social a um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem seu próprio tipo de escola, destinado a perpetuar nestes estratos uma certa função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer quebrar esta trama, é necessário, portanto, não multiplicar e ordenar os tipos de escola profissional, mas criar um único tipo de escola preparatória (elementar-médio) que conduza o jovem até o limiar/ingresso da escolha profissional, formando-o | neste meio tempo como capaz | 11A | de pensar, estudar, dirigir ou de controlar quem dirige.

A multiplicação dos tipos de escola profissional tende, portanto, a perpetuar as diferenças tradicionais, mas tal como, nessas diferenças, tende a dar origem a estratificações internas, eis que dá a impressão de uma sua tendência democrática. Trabalhador manual e trabalhador qualificado, por exemplo; camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torna qualificado, mas que todo “cidadão” pode tornar-se “governante” e que a sociedade o coloca, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder assim se tornar; a democracia política tende a fazer coincidir os governantes e os governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito da capacidade e da preparação técnica geral necessária para a finalidade. Mas o tipo de escola que se desenvolve como uma escola para o povo já nem sequer tende a manter mais a ilusão, uma vez que se organiza cada vez mais em modo a estreitar a base do estrato governante tecnicamente preparado, em um ambiente social político que restringe ainda mais a

“iniciativa privada”, no sentido de dar essa capacidade e preparação técnico-política, de modo que se volta de fato às divisões em “ordens” juridicamente fixadas e cristalizadas em vez da\* superação das divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar é uma das manifestações mais visíveis desta tendência.

A propósito do dogmatismo e do criticismo historicismo nas escolas primárias e médias, deve ser notado que a nova pedagogia quis destruir o dogmatismo precisamente no campo da instrução, do aprendizado de noções concretas, ou seja, precisamente no campo em que um certo dogmatismo é praticamente imprescindível e pode ser absorvido e dissolvido somente em todo o ciclo do curso escolar (não se pode ensinar gramática histórica na escola primária e no ginásio), mas é então forçada a ver a introdução do dogmatismo por excelência no campo do pensamento religioso e implicitamente ver descrita toda a história da filosofia como uma sucessão de loucuras e delírios.

No ensino da filosofia o novo curso pedagógico (pelo menos para aqueles alunos, e eles são a maioria esmagadora, que não recebem ajudas intelectuais fora da escola, na família ou no ambiente familiar, e têm que se formar somente com as indicações que recebem na sala de aula) empobrece o ensino, rebaixa seu nível, praticamente, apesar do fato de que racionalmente pareça belíssimo, de um belíssimo utopismo. A filosofia descritiva tradicional, reforçada por um curso de história da filosofia e pela leitura de um certo número de filósofos, praticamente parece a melhor coisa. A filosofia descritiva e definidora será uma abstração dogmática, como a gramática e a matemática, mas é uma necessidade pedagógica e didática.  $1 = 1$  é uma abstração, mas ninguém é levado, portanto, a pensar que 1 mosca é igual a 1 elefante. Mesmo as regras da lógica formal são abstrações do mesmo gênero, elas são como a gramática do pensar normal e ainda assim é necessário estudá-las, pois não são algo inato, mas devem ser adquiridas pelo trabalho e pela reflexão. O



novo curso pressupõe que a lógica formal seja algo que você já tem quando pensa, mas não explica como você tenha que adquiri-la, de modo que é praticamente como se a | supusesse inata. A lógica |12| formal é como a gramática: ela é assimilada de uma forma “viva”, mesmo que o aprendizado tenha sido necessariamente esquemático e abstrato, porque o discente não é um disco de vitrola, não é um recipiente passivamente mecânico, mesmo que a convencionalidade litúrgica dos exames assim às vezes o faça parecer. A relação destes esquemas educacionais com o espírito infantil é sempre ativa e criativa, da mesma forma que é ativa e criativa é a relação entre o operário e suas ferramentas de trabalho: um paquímetro é também um conjunto de abstrações, contudo, objetos reais não são produzidos sem calibração, objetos reais que são relações sociais e contêm ideias implícitas. A criança que se digladiava com os barabaras, baralip-ton [3], cansa-se, certamente, e precisa procurar que ela faça o trabalho indispensável e não mais, mas também é certo que ela sempre terá que se esforçar para aprender a se obrigar a privações e limitações de movimento físico, ou seja, a se submeter a um treinamento psicofísico. É necessário persuadir muitas pessoas de que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com seu próprio tirocínio especial, além de intelectual, também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido através do esforço, do tédio e até do sofrimento. A participação de massas maiores na escola média traz consigo uma tendência a diminuir a disciplina de estudo, para demandar “facilitações”. Muitos até pensam que as dificuldades são artificiais, pois estão acostumados a considerar trabalho e cansaço apenas o trabalho manual. A questão é complexa. Certamente a criança de uma família tradicional de intelectuais supera mais facilmente o processo de adaptação psicofísica; entrando já a primeira vez na sala de aula tem muitos pontos de vantagem sobre seus colegas, ele tem uma orientação já adquirida pelos hábitos familiares: concentra mais facilmente sua atenção, pois tem o hábito da compostura física etc. Da mesma forma, o filho de um operário da cidade sofre menos ao entrar na fábrica do que um garoto camponês ou um jovem camponês já desenvolvido para a vida rural. A dieta alimentar também tem uma importância etc, etc. É

por isso que muitas das pessoas pensam que na dificuldade do estudo há um “truque” em seu detrimento (quando eles não pensam que são estúpidos por natureza): elas veem o senhor (e para muitos, especialmente no campo, senhor significa intelectual) realizar com desenvoltura e aparente facilidade o trabalho que custa lágrimas e sangue a seus filhos, e eles pensam que existe um “truque”. Em uma nova situação, estas questões podem tornar-se muito ásperas e será necessário resistir à tendência de facilitar o que não pode sê-lo sem ser desnaturado. Se se quiser criar um novo estrato de intelectuais, até as mais altas especializações, a partir de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, haverá de superar dificuldades inauditas.

CF. CADERNO 4 (XIII), PP. 29 – 32 BIS.

(§ 3). Quando se faz uma distinção entre intelectuais e não-intelectuais, na verdade, está se referindo apenas à função social imediata da categoria profissional dos intelectuais, ou seja, leva-se em conta a direção na qual é colocado o peso maior da atividade profissional específica, se é na elaboração intelectual ou no esforço muscular-nervoso. Isto significa que se se pode falar de intelectuais, não se pode falar de não-intelectuais, porque não-intelectuais não existem. Mas a mesma relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso nem sempre é igual, portanto, existem diversos graus de atividade específica intelectual. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Todo homem, afinal, **| 12A |** fora de sua | profissão, realiza algum tipo de atividade intelectual, ou seja, ele é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e assim contribui para manter ou modificar uma concepção do mundo, ou seja, para despertar novas formas de pensar. O problema de criar um novo estrato intelectual consiste, portanto, em elaborar criticamente a atividade intelectual que em cada um existe com certo grau de desenvolvimento, modificando a sua relação com o esforço muscular-nervoso em direção a um novo equilíbrio e obtendo que o

próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é tido como o literato, o filósofo, o artista. Portanto, os jornalistas, que pensam que são literatos, filósofos, artistas, também acreditam que são os “verdadeiros” intelectuais. No mundo moderno a educação técnica, estreitamente ligada até mesmo ao trabalho industrial mais primitivo ou desqualificado, deve formar a base do novo tipo de intelectual. Sobre esta base trabalhou o “Ordine Nuovo”<sup>\*</sup> semanal para desenvolver certas formas de novo intelectualismo e para determinar os novos conceitos, e esta não foi uma das razões menores para seu sucesso, porque tal abordagem correspondia às aspirações latentes e estava em conformidade com o desenvolvimento das formas reais de vida. O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas em imiscuir-se ativamente com a vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente” porque não é puro orador - e todavia superior ao espírito abstrato matemático; da técnica - trabalho chega à técnica - ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político).

CF. CADERNO 4 (XIII), PP. 21 BIS, 39 BIS - 40.

\* NO MS: «O.N.»